

BOLETIM ANALÍTICO

Conjuntura Econômica do Piauí

3° TRIMESTRE 2025



CENTRO DE INTELIGÊNCIA
EM ECONOMIA E ESTRATÉGIA
TERRITORIAL

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento de Estado do Piauí (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Economia Aplicada e Estatística (DEAE)

Diarlison Lucas Silva da Costa

Gerência de Economia Aplicada (GEEA)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Gerência de Inteligência de Dados (GEID)

Matheus Girola Macedo Barbosa

Gerência de Estatística e Demografia (GEED)

Pablo Jullyan Rodrigues Vilanova

Coordenação do Estudo da Conjuntura Econômica

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

Equipe Técnica

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

Matheus Girola Macedo Barbosa

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Setor de Publicações

Luciana Maura Sales de Sousa

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Diagramação

Marcos Matheus Pereira Barbosa

Normalização

Adriana Melo Lima

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Adriana Melo Lima CRB – 13/842

Boletim Analítico – Conjuntura Econômica [recurso eletrônico]. – v. 22, n. 3 (jul./set.) 2025. /CIET/SEPLAN – Teresina – PI: CIET/SEPLAN, 2026.
81 p.: il. color. (trimestral).

1. Economia – Piauí. 2. Condições econômicas. 3. Desenvolvimento. I. Título.

CDU 338(812.2) (05)

**CORRESPONDÊNCIA CIET/SEPLAN
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS**

Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI

Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22

E-mail: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 AGRICULTURA	6
2 COMÉRCIO	12
2.1 Comércio Varejista	12
2.2 Comércio Varejista Ampliado	19
2.3 Frota de Veículos	26
3 SERVIÇOS	29
3.1 Evolução do Setor de Serviços.....	29
3.2 Evolução do Mercado de Energia Elétrica.....	34
4 COMÉRCIO EXTERIOR	39
5 PREVIDÊNCIA SOCIAL	54
6 EMPREGO FORMAL	57
6.1 Evolução do Emprego Formal por Setores de Atividades Econômicas	59
6.2 Trajetória do Estoque ao Longo de 2025	60
6.3 Evolução do Emprego nos Municípios mais Populosos	61
6.4 Situação do Brasil, Nordeste e demais Regiões do País no Contexto Geográfico ...	63
6.5 Taxa de Desocupação	66
7 CRÉDITO	69
7.1 Crédito Imobiliário.....	72
7.2 Crédito Rural.....	75
RESUMO	79



APRESENTAÇÃO

A Secretaria do Planejamento de Estado do Piauí (SEPLAN), por meio do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET), apresenta a edição do 3º trimestre de 2025 do Boletim Analítico de Conjuntura Econômica. Esta publicação reúne os principais indicadores que refletem o desempenho da economia piauiense, consolidando-se como instrumento de monitoramento e apoio à formulação de políticas públicas.

Este volume traz dados atualizados e análises aprofundadas sobre as atividades agrícola, comercial, serviços, comércio exterior, emprego formal e crédito no Estado, destacando os avanços no período e sua comparação com anos anteriores.

No setor agrícola, a estimativa da produção estadual indica relativa estabilidade no agregado, com produção total de 5,75 toneladas em 2025, variação de -1,70% frente a 2024. O período foi marcado por queda na soja (-5,87%) e avanço em culturas como milho (+8,77%) e algodão herbáceo (+34,74%), sinalizando recomposição parcial do desempenho agrícola estadual.

O comércio varejista no Piauí apresentou retrações no trimestre (-1,3% em julho; -4,2% em agosto; -5,4% em setembro), embora ainda com saldo positivo no acumulado do ano (+1,1%); já o varejo ampliado manteve desempenho mais fraco (-4,2%; -12,5%; -8,7% no trimestre), com acumulado em 2025 negativo (-0,7%).

Em Serviços, observou-se elevada volatilidade no período, com destaque para a queda em setembro (-18,1%) e resultado negativo no acumulado de 2025 (-3,3%). Complementarmente, o consumo de energia elétrica reforça sinais de demanda sustentada no Estado, com alta de 6,03% do acumulado (janeiro a setembro) de 2024 e 2025 e crescimento relevante na classe Rural (+14,41%).

No setor externo, mesmo com redução do valor exportado no trimestre, a balança comercial piauiense permaneceu superavitária: as exportações somaram US\$ 378,1 milhões (variação de -35,36%) e as importações US\$ 37,9 milhões (-55,55%), resultando em superávit de US\$ 340,2 milhões no período. A pauta exportadora seguiu altamente concentrada, com predominância da soja (94,87%).



Do ponto de vista social, há expansão do volume de benefícios previdenciários pagos no Piauí, com R\$ 10,92 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2025 (variação de +9,83% frente a 2024) e crescimento também no recorte do trimestre.

No emprego formal, o Estado ampliou o estoque de vínculos ao longo do ano, chegando a 383.134 empregos formais em setembro de 2025 (alta de 22.265 vínculos em relação a janeiro), com destaque para a contribuição dos maiores municípios.

No mercado de trabalho ampliado, a taxa de desocupação recuou de 8,0% para 7,5% entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, em linha com a melhora observada no Brasil e no Nordeste.

O crédito evidencia movimentos distintos entre modalidades: no crédito rural, o Piauí registrou aumento expressivo em finalidades associadas à estruturação produtiva e fundiária, como insumos para a indústria familiar (+70,24%) e aquisição de propriedades rurais (+121,52%), ao passo que houve retração em veículos (-66,34%) e máquinas/equipamentos (-33,88%). No crédito do Sistema Financeiro Nacional, o boletim também aponta expansão do saldo no Piauí, com inadimplência ainda sob atenção, sobretudo em carteiras de pessoa física e recursos livres.

Assim, os resultados do 3º trimestre de 2025 mostram um cenário em que convivem sinais de sustentação no mercado de trabalho, na massa de benefícios e no consumo de energia, com perda de fôlego no comércio e forte oscilação em serviços, além de manutenção do superávit externo e recomposição seletiva do crédito, elementos que ajudam a qualificar o monitoramento da conjuntura e orientar prioridades de atuação no Estado.

Cíntia Bartz Machado

Superintendente do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)



1 AGRICULTURA

A produção agrícola é uma das principais atividades econômicas da economia estadual e regional, influenciando historicamente, e de forma intensificada, vocações ligadas às próprias características locais. A previsão da produção agrícola no Piauí fornece um indicativo da quantidade colhida e o desempenho consolidado nas atividades ligadas ao cultivo de algumas das principais culturas no Estado.

Assim, a estimativa do resultado apresentado pelo cultivo de culturas estratégicas a partir de dados como área plantada, rendimento médio e volume de produção são os destaques trazidos neste segmento. Essas estimativas são mensuradas a partir do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e traz as estimativas das safras e dos rendimentos dos principais itens das culturas agrícolas para o ano corrente.

Em setembro de 2025, a projeção de produção estadual anual das principais culturas de cereais, leguminosas e oleaginosas foi estimada em 5.745.835t, representando uma diminuição de 1,70% em relação à previsão estimada de 2024 (5.845.423), conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Produção agrícola estimada (t) no Piauí em setembro/2025 – principais culturas

Produção	Estimada (t) 2024	Part. (%)	Estimativa (t) 2025	Part. (%)	Varição(%)
Cereais e leguminosas					
Arroz	83.788	1,43	66.373	1,16	-20,78
Feijão*	54.153	0,93	36.820	0,64	-32,01
Milho*	1.690.712	28,92	1.839.058	32,01	8,77
Sorgo em grão	101.770	1,74	76.313	1,33	-25,01
Total de cereais e leguminosas	1.930.423	33,02	2.018.564	35,13	4,57
Soja	3.811.694	65,21	3.588.075	62,45	-5,87
Algodão herbáceo**	103.306	1,77	139.196	2,42	34,74
Total de oleaginosas	3.915.000	66,98	3.727.271	64,87	-4,80
Total geral	5.845.423	100	5.745.835	100	-1,70

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

* inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

**Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.

O resultado estimado para 2025 evidencia a soja e o milho como os maiores destaques entre as culturas desenvolvidas no Estado, visto que as estimativas de participações na



produção dos grãos são de 62,45% e 32,01%, respectivamente. Na estimativa de setembro de 2025, o milho, que é o segundo produto mais importante da base agrícola, apresenta crescimento de 8,77% em relação à quantidade cultivada no ano anterior. Isso demonstra estabilidade na produção após o ciclo de rotação da cultura e do resultado positivo de 12,30% no segundo trimestre de 2025.

Na Tabela 2, apresenta-se a previsão da área plantada anual e, na Tabela 3, a estimativa de área colhida para o ano de 2025. Observa-se diminuição no cultivo de cereais e leguminosas, principalmente pelo decréscimo da plantação do sorgo em grão (-13,89%) e feijão (-9,95%). A estimativa para 2025 é de uma redução de 10.130 hectares em relação à área plantada (-0,56%) e de diminuição de 139.892 hectares na área colhida (-7,79%).

Tabela 2 – Área plantada estimada no Piauí em setembro/2025 – principais culturas (ha)

Área plantada	Estimada (t) 2024	Part. (%)	Estimativa (t) 2025	Part. (%)	Varição(%)
Cereais e leguminosas					
Arroz	45.119	2,49	44.142	2,45	-2,17
Feijão *	181.502	10,01	163.444	9,07	-9,95
Milho *	442.100	24,39	462.858	25,67	4,70
Sorgo em grão	39.848	2,20	34.312	1,90	-13,89
Total de cereais e leguminosas	708.569	39,08	704.756	39,09	-0,54
Oleaginosas					
Soja	1.080.496	59,60	1.067.573	59,22	-1,20
Algodão herbáceo **	23.897	1,32	30.503	1,69	27,64
Total de oleaginosas	1.104.393	60,92	1.098.076	60,91	-0,57
Total geral	1.812.962	100	1.802.832	100	-0,56

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

* inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.



Tabela 3 – Área colhida estimada no Piauí em setembro/2025 – principais culturas (ha)

Área colhida	Estimada (ha) 2024	Part. (%)	Estimativa (ha) 2025	Part. (%)	Varição(%)
Cereais e leguminosas					
Arroz	45.074	2,51	42.273	2,55	-6,21
Feijão *	175.058	9,75	110.664	6,69	-36,78
Milho *	430.534	23,99	370.164	22,37	-14,02
Sorgo em grão	39.848	2,22	34.312	2,07	-13,89
Total de cereais e leguminosas	690.514	38,47	557.413	33,68	-19,28
Oleaginosas					
Soja	1.080.496	60,20	1.067.473	64,50	-1,21
Algodão herbáceo **	23.890	1,33	30.122	1,82	26,09
Total de oleaginosas	1.104.386	61,53	1.097.595	66,32	-0,61
Total geral	1.794.900	100	1.655.008	100	-7,79

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

* inclusas 1ª e 2ª safras do ano.

** Quantidade referente ao caroço que representa 67% do peso bruto, o restante de 33% é de pluma.

A maior variação relativa esperada na estimativa de colheita é no cultivo do algodão, passando de 23.890 ha para 30.122 ha, o que corresponde a um aumento de 26,09%, sendo a única cultura com estimativa de crescimento na área colhida.

A cultura do sorgo apresenta uma estimativa de redução de -13,89% na área colhida, e possui uma estimativa de produção de 76.313t em uma área plantada de 34.312 hectares.

A soja, que é a cultura de maior volume de produção do Estado, apresenta estimativa de diminuição tanto da área plantada (-1,20%) quanto de área colhida (-1,21%), refletindo na diminuição de 5,87% da quantidade produzida no comparativo interanual, prevista para 3.588.075 toneladas ao final de 2025.

O milho, segunda principal cultura agrícola do Piauí, apresenta uma previsão de crescimento do cultivo após o ano de 2024. A produção do grão está estimada em 1.839.058t, crescimento de 8,77% em relação à estimativa de 2024. A cobertura de cultivo representa uma ampliação de 4,70%, enquanto a área colhida é prevista em 370.164 ha, representando um recuo de 14,02% no comparativo com 2024.

Em relação ao arroz, a cultura do grão apresentou estimativa de diminuição de 2,17% na área plantada e de 6,21% na área colhida, alcançando uma produção de 66.373t em setembro de 2025.



Os dados da Tabela 4 demonstram o rendimento médio da produção agrícola das culturas de cereais, leguminosas e oleaginosas, que reflete a relação entre produção e área colhida da cultura. O resultado da safra 2025/2024 apresenta alteração positiva no rendimento de duas das seis culturas mais importantes para a produção estadual, apresentando o milho como a cultura de maior ganho de rendimento (17,28%), seguido do algodão (6,87%).

Tabela 4 – Estimativa do rendimento médio da produção agrícola anual em setembro de 2024/2025 – Piauí (kg/ha)

Cultura	Rendimento médio		Variação (%)
	2024	2025	
Cereais, leguminosas e Oleaginosas			
Milho	4.358	5.111	17,28
Algodão	4.324	4.621	6,87
Feijão	476	469	-1,47
Soja	3.528	3.361	-4,73
Arroz	1.855	1.748	-5,77
Sorgo em grão	2.554	2.224	-12,92

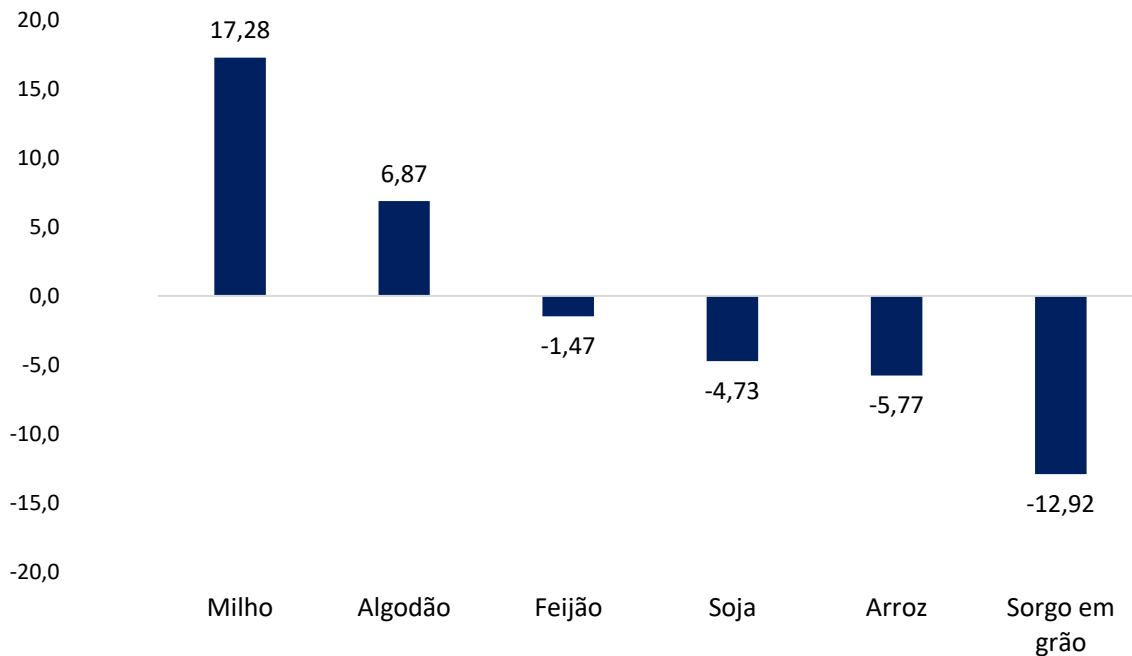
Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

De acordo com os dados sistematizados, pode-se constatar um aumento de 753 kg/ha no rendimento médio do milho e 297 kg/ha do algodão. O rendimento médio das demais culturas registra uma projeção de diminuição de 167 kg/ha em relação à soja; de 7 kg/ha na produtividade média do feijão; de -107 kg/ha em relação ao arroz; e de -330 kg/ha em relação ao sorgo em grão.

O Gráfico 1 contém a representação da variação do rendimento médio da produção agrícola das principais culturas do Piauí para o final de 2025 em relação ao rendimento apresentado no mesmo período de 2024. A cultura do milho foi a que possuiu o melhor ganho de produtividade, variando em 17,28% o rendimento médio no mesmo período interanual.



Gráfico 1 – Variação (%) do rendimento médio estimado da produção agrícola (kg/ha) no Piauí – 2025



Fonte: IBGE/LSPA: setembro 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 5 destaca a produção esperada de grãos das principais culturas do Piauí e dos estados nordestinos em 2025.

Tabela 5 – Principais culturas do Piauí e do Nordeste – produção agrícola estimada em 2025

Estado	Principais Culturas							
	Soja (em grãos)	Part. %	Arroz (em casca)	Part. %	Milho (em grãos)	Part. %	Feijão (em grãos)	Part. %
Nordeste	16.658.793	100	328.891	100	8.938.210	100	410.447	100
Piauí	3.588.075	21,54	66.373	20,18	1.839.058	20,58	36.820	8,97
Ceará	14.394	0,09	22.477	6,83	418.161	4,68	75.685	18,44
Maranhão	4.441.701	26,66	177.471	53,96	2.700.757	30,22	25.243	6,15
Pernambuco	-	-	-	-	43.474	0,49	48.543	11,83
Alagoas	8433	0,05	18.021	5,48	127.996	1,43	18.484	4,50
Paraíba	-	-	3.103	0,94	47.285	0,53	21.166	5,16
Rio Grande do Norte	-	-	1013	0,31	13.157	0,15	5.948	1,45
Bahia	8606190	51,66	750	0,23	2.694.600	30,15	177.300	43,20
Sergipe	-	-	39.683	12,07	1.053.722	11,79	1.258	0,31

Fonte: IBGE/LSPA: junho 2025. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



Os dados e as estimativas obtidas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola mostram que o Piauí ocupa:

- 1) a 3ª posição na produção de soja no Nordeste, equivalente a 21,54% da produção na região, ficando atrás da Bahia e do Maranhão. A participação do Piauí na produção do grão na região diminuiu em 3,27 p.p. em relação ao ano anterior, quando representava 24,81%;
- 2) a 3ª posição na produção de milho no Nordeste, constituindo 20,58% da produção na região. Esse resultado representa uma redução de 0,30 pontos percentuais em relação à participação na produção regional estimada ao final do ano de 2024 (20,88%);
- 3) a 2ª posição na produção de arroz no Nordeste, com uma representação de 20,18% da produção na região, somente superado pelo Maranhão. Em 2025, há uma diminuição de 3,17 pontos percentuais na contribuição à produção regional;
- 4) a 4ª posição na produção de feijão no Nordeste, retrato de 8,97% da produção na região, evidencia uma diminuição 1,24% p. p. em comparação à estimativa realizada em dezembro de 2024 quando representava 9,97%.



2 COMÉRCIO

A análise do desempenho do setor comercial no Brasil tem como principal referência o volume de vendas do comércio varejista, indicador calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). Esta pesquisa tem por objetivo acompanhar, de forma contínua, a evolução da atividade comercial no país, fornecendo subsídios para o monitoramento conjuntural da economia.

A metodologia da PMC baseia-se em informações obtidas junto a empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas e cuja atividade principal seja classificada como comércio varejista. O cálculo considera os registros de vendas declarados por essas empresas, o que garante maior confiabilidade e padronização dos dados.

Por se tratar de uma pesquisa com periodicidade mensal, a PMC permite acompanhar tendências de curto prazo e identificar variações sazonais ou conjunturais no setor. Para a presente análise, o foco recai sobre o estado do Piauí, utilizando-se dos resultados referentes ao segundo trimestre de 2025, comparados ao mesmo período de 2024. Essa abordagem possibilita avaliar o ritmo de crescimento ou retração das vendas no varejo piauiense e, assim, compreender melhor o cenário econômico regional no contexto recente.

2.1 Comércio Varejista

Segundo dados da PMC, constantes na Tabela 6, o comércio varejista do estado do Piauí apresentou, no 3º trimestre de 2025, uma trajetória marcada por forte redução em julho (-1,3%), agosto (-4,2%) e setembro (-5,4%). Apesar da redução no 3º trimestre, o resultado acumulado do ano de 2025 foi positivo, com alta de 1,1%, inferior à média nacional de 1,5%. Esse resultado mostra que, apesar de oscilações mensais, a trajetória semestral do Piauí é de resiliência, sustentada por avanços expressivos nos dois primeiros trimestres de 2025.

Na comparação com os estados vizinhos, o desempenho piauiense atingiu a 8ª posição: abaixo de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, de Rio Grande do Norte e Pernambuco que lideraram o avanço regional, mas acima de Sergipe (0,9%). Portanto, no contexto nordestino, o Piauí mostrou desempenho negativo no trimestre, porém manteve-se positivo de janeiro a setembro (1,1%).



No cenário nacional, o desempenho apresentado pelas vendas do comércio varejista do Brasil registrou expansão em julho (1,2%), seguida de estabilidade em agosto (0,3%) e avanço mais moderado em setembro (0,8%). Esse desempenho levou o acumulado de janeiro a setembro de 2025 para 1,5%, revelando crescimento positivo, mas ainda em ritmo reduzido diante da oscilação entre meses de alto e de baixo dinamismo.

Em relação às regiões, os resultados mais expressivos no acumulado de janeiro a setembro foram alcançados por:

- Amapá, na região Norte (7,4%);
- Paraíba, na região Nordeste (5,5%);
- Distrito Federal, na região Centro-Oeste (3,8%);
- Espírito Santo, na região Sudeste (3,8%);
- Santa Catarina, na região Sul (5,9%).



Tabela 6 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista por Grandes Regiões e Unidade da Federação no Brasil – 2025 (julho a setembro e acumulado)

Unidade da Federação	Variação			
	Mensal			Acumulada
	Jul.	Ago.	Set.	Jan. a Set.
Brasil	1,2	0,3	0,8	1,5
Acre	1,9	2,4	1,5	2,1
Amapá	9,1	1,7	10,0	7,4
Amazonas	0,5	0,5	-1,3	1,3
Pará	1,4	-0,9	-2,2	0,5
Rondônia	0,4	-1,5	2,7	2,4
Roraima	3,3	-2,6	-5,2	-2,1
Tocantins	-11,8	-9,2	-0,4	-3
Nordeste				
Alagoas	4,2	3	2	4,1
Bahia	2,7	0,9	5,9	1,4
Ceará	2,1	2,3	4,8	3,1
Maranhão	2,1	4,1	2,7	1,7
Paraíba	3	4	5,1	5,5
Pernambuco	1,1	-0,7	1	1,7
Piauí	-1,3	-4,2	-5,4	1,1
Rio Grande do Norte	5	7,2	7,9	3,6
Sergipe	2,8	1,1	0,3	0,9
Centro-Oeste				
Distrito Federal	3,3	2,7	1,4	3,8
Goiás	-1,4	-1,7	2,5	0,7
Mato Grosso	5,6	1,7	2,7	3,1
Mato Grosso do Sul	1,7	-1,3	0,2	-0,1
Sudeste				
Espírito Santo	3,7	1,8	2	3,8
Minas Gerais	1,3	-0,2	1,7	1,6
Rio de Janeiro	-1,6	-1,5	-2,6	-2,1
São Paulo	0,3	-0,8	-1,8	0,5
Sul				
Paraná	3,1	2,2	1,9	2,5
Rio Grande do Sul	-0,4	0,5	3,1	3,1
Santa Catarina	5,5	3,8	5,5	5,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nos últimos 12 meses (Tabela 7), as vendas do comércio varejista estadual equivalem a um crescimento de 2,7%, sendo o quinto maior desempenho entre os estados do Nordeste, o que demonstra um nível de expansão mais dinâmico do que o apresentado pela economia nacional no período (2,1%). Com isso, o crescimento do comércio varejista estadual apresenta a 11ª colocação no ranking de volume de vendas acumuladas no período de outubro de 2024 a setembro de 2025.



Tabela 7 – Variação acumulada (%) do volume de vendas do comércio varejista por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)
1	Amapá	8
2	Paraíba	6,9
3	Santa Catarina	5,5
4	Alagoas	5,1
5	Rio Grande do Sul	4,6
6	Espírito Santo	4,4
7	Distrito Federal	4,2
8	Ceará	4
9	Rio Grande do Norte	3,9
10	Acre	3
11	Piauí	2,7
12	Paraná	2,7
13	Bahia	2,6
14	Pernambuco	2,5
15	Mato Grosso	2,4
16	Amazonas	2,2
17	Sergipe	2,2
18	Rondônia	2,1
19	Minas Gerais	1,7
20	Maranhão	1,6
21	Goiás	1,6
22	Pará	1,4
23	Roraima	1,3
24	São Paulo	1,1
25	Mato Grosso do Sul	0,4
26	Tocantins	-0,9
27	Rio de Janeiro	-1,2
Total	Brasil	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A variação acumulada da receita nominal de vendas do comércio varejista do estado do Piauí dos últimos 12 meses de 7,0% indica um desempenho inferior à média brasileira e colocou o Estado na 21ª posição do cenário nacional.

O Piauí aparece, no cenário regional, acima dos estados de Pernambuco (6,6%) e Sergipe (5,5%), porém atrás de estados como Paraíba (10,2%), Ceará (9,5%) e Rio Grande do Norte (9,4%). Além disso, o crescimento piauiense ficou no mesmo patamar de grandes mercados consumidores como Minas Gerais (7,0%) e acima do Rio de Janeiro (4,1%), reforçando sua relevância no contexto regional e nacional. O resultado confirma o dinamismo do comércio



estadual, que conseguiu expandir em um ritmo acelerado e consolidar-se como um dos polos de crescimento do setor no período analisado.

Tabela 8 – Variação acumulada (%) da receita nominal de vendas do comércio varejista por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)
1	Amapá	14,9
2	Santa Catarina	11,3
3	Paraíba	10,2
4	Distrito Federal	10,2
5	Ceará	9,5
6	Rio Grande do Norte	9,4
7	Alagoas	9,4
8	Acre	8,9
9	Rio Grande do Sul	8,5
10	Rondônia	8,4
11	Espírito Santo	8,4
12	Paraná	8,1
13	Mato Grosso	7,9
14	Bahia	7,6
15	Pará	7,5
16	Maranhão	7,5
17	São Paulo	7,5
18	Goiás	7,4
19	Roraima	7,3
20	Amazonas	7,0
21	Piauí	7,0
22	Minas Gerais	7,0
23	Pernambuco	6,6
24	Mato Grosso do Sul	6,4
25	Sergipe	5,5
26	Tocantins	4,7
27	Rio de Janeiro	4,1
Total	Brasil	7,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

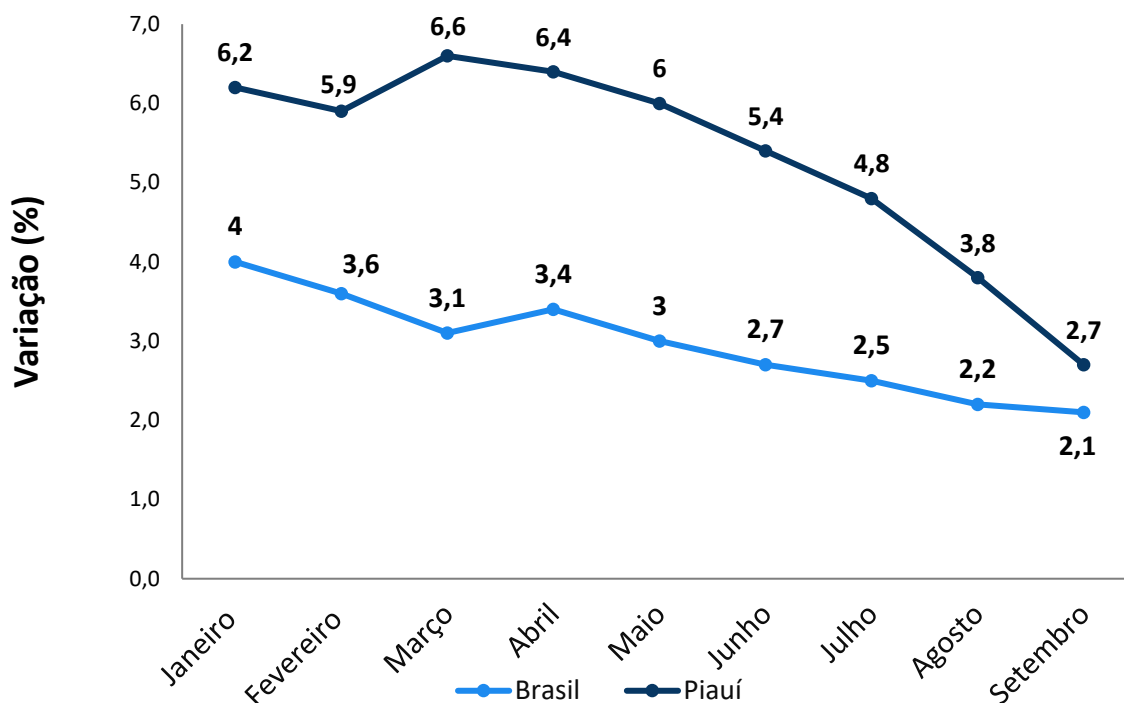
Os dados do volume de vendas do comércio varejista do Piauí e do Brasil estão disponíveis na Tabela 9 e representados no Gráfico 2, evidenciando que o Estado obteve resultados maiores do que a média nacional nos últimos 12 meses.

Tabela 9 – Variação (%) do volume e da receita nominal de vendas do comércio varejista – (janeiro a setembro de 2025) no Piauí e Brasil

Unidade da Federação	Variação Mensal								
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
Volume (%)									
Brasil	4	3,6	3,1	3,4	3	2,7	2,5	2,2	2,1
Piauí	6,2	5,9	6,6	6,4	6	5,4	4,8	3,8	2,7
Receita Nominal (%)									
Brasil	8,4	8,2	8	8,7	8,5	8,2	8	7,7	7,6
Piauí	10,2	10,1	10,8	10,7	10,4	9,7	8,9	8,1	7

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 2 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista no Piauí e Brasil – (janeiro a setembro de 2025)

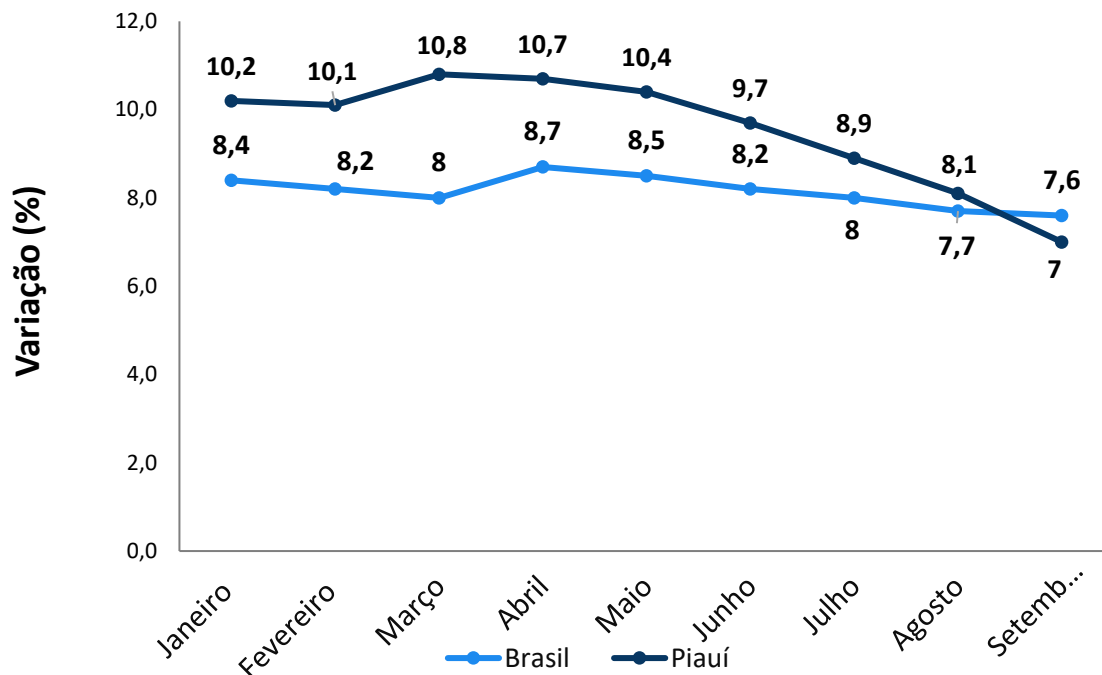


Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 2 do acumulado em 12 meses mostra que o Piauí iniciou 2025 em um patamar elevado, com 6,2% em janeiro, alcançou o pico de 6,6% em março e, a partir desse contexto, iniciou trajetória de desaceleração, encerrando setembro em 2,7%. Embora tenha perdido intensidade ao longo do ano, o indicador manteve-se em nível relativamente alto, demonstrando resiliência do comércio estadual. Por outro lado, o Brasil apresentou desempenho mais modesto, iniciando 4,0% em janeiro e recuando continuamente até 2,1% em setembro, sem registrar sinais de recuperação no período. Essa comparação evidencia

que, mesmo com a perda de dinamismo recente, o Piauí se manteve sistematicamente acima da média nacional, indicando maior capacidade de sustentação do crescimento frente à tendência de enfraquecimento observada no comércio brasileiro.

Gráfico 3 – Variação (%) da receita nominal de vendas do comércio varejista no Piauí e Brasil – (janeiro a setembro de 2025)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O Gráfico 3 da variação acumulada em 12 meses da receita nominal de vendas do comércio varejista mostra que tanto o Piauí quanto o Brasil mantiveram trajetórias relativamente estáveis nos três primeiros trimestres de 2025, ainda que em patamares distintos. O Piauí apresentou desempenho superior ao nacional, começando em janeiro em 10,2%, alcançando um pico de 10,8% em março e encerrando setembro em 7%, primeiro valor abaixo do desempenho nacional. Apesar da desaceleração nos últimos meses, o indicador manteve-se em níveis elevados, refletindo um mercado local mais dinâmico em comparação à média do país ao longo do ano.

O Brasil, por sua vez, iniciou o período com crescimento acumulado de 8,4% em janeiro, caiu para 8,0% em março e registrou leve recuperação em abril, atingindo 8,7%. Contudo, voltou a



recuar nos meses seguintes, fechando setembro em 7,6%. Essa trajetória revela um desempenho mais contido e com menor vigor em relação ao observado no Piauí.

A comparação entre as duas curvas evidencia que o comércio varejista piauiense conseguiu sustentar, ao longo de todo o semestre, resultados nominais mais robustos em relação à média nacional, ampliando a distância relativa entre os desempenhos e reforçando a posição do Estado como um dos destaques regionais no período analisado.

2.2 Comércio Varejista Ampliado

O comércio varejista ampliado é composto pelos grupos de atividades do varejo, acrescido dos segmentos Veículos e motocicletas, partes e peças e material de construção. Essa diferenciação ocorre porque, enquanto os demais segmentos geram suas receitas predominantemente na atividade varejista, os dois últimos englobam tanto o varejo como o atacado. A Tabela 10 apresenta os dados do resultado do volume de vendas do comércio varejista ampliado por Unidade da Federação.



Tabela 10 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista ampliado por Grandes Regiões e Unidades da Federação no Brasil – 2025 (julho a setembro e acumulados)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Jul.	Ago.	Set.	Jan. a Set.	12 meses
Brasil	-2,4	-2,1	1,1	-0,3	0,7
Norte					
Acre	2,1	3,1	2,5	1,7	2,8
Amapá	8,4	-0,3	10,8	6,9	8,5
Amazonas	2,8	-2,5	0,4	1,8	3,6
Pará	2,2	-0,5	2,2	2,2	2,9
Rondônia	2,9	0	7,5	2,3	1,8
Roraima	5,3	1,3	2,9	1	2,3
Tocantins	3,3	-1,2	20,7	4,3	3,7
Nordeste					
Alagoas	0,2	-0,9	2,4	1	2,6
Bahia	-1,4	-1,4	7,8	-1	0,1
Ceará	3,5	2	5,5	4,5	5
Maranhão	-2,5	2,8	3,7	-2	-0,5
Paraíba	2,9	2,3	4,9	5,1	6,7
Pernambuco	1,7	-3,1	-2,3	0,7	1,8
Piauí	-2,6	-5,3	-2,7	0,7	3
Rio Grande do Norte	2	2,9	5,5	2,3	3,4
Sergipe	0,8	-0,9	0,3	-0,1	1,1
Centro-Oeste					
Distrito Federal	-1,5	-4	-0,1	0,1	1,5
Goiás	-5	1,2	7,4	-2,6	-1,3
Mato Grosso	10	5,5	8,5	4,9	4,4
Mato Grosso do Sul	1,9	0,7	5	1,1	0,6
Sudeste					
Espírito Santo	0,5	-0,6	1,7	2,2	2,9
Minas Gerais	-2,9	-3,7	3,7	-0,3	0,1
Rio de Janeiro	-0,8	-1,8	1	-1,3	-0,6
São Paulo	-7,2	-4,4	-3,6	-3,1	-2,4
Sul					
Paraná	-0,8	0,8	-1,2	1	2
Rio Grande do Sul	-3,7	-3,3	5,1	2,6	5,3
Santa Catarina	1,5	-2,5	3,6	2,9	3,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No Brasil, o setor apresentou reduções em julho (-2,4%), agosto (-2,1%) e setembro (1,1%). Ainda assim, o acumulado do ano ficou positivo (+0,7%) e o crescimento em 12 meses alcançou +3,0%, sinalizando perda de dinamismo no curto prazo, mas mantendo trajetória levemente ascendente no horizonte anual.

No Nordeste, a performance foi bastante heterogênea. A Paraíba (+5,1% no acumulado de janeiro a setembro e +6,7% em 12 meses) e o Ceará (+4,5% e +5,0%, respectivamente) destacaram-se positivamente. Por outro lado, Maranhão e Bahia apresentaram os piores resultados regionais (-2,0% e -1,0% no acumulado do semestre, respectivamente). Além disso,



Sergipe permaneceu praticamente estagnado (-0,1%), enquanto o Piauí apresentou crescimento tanto no acumulado do ano (+0,7%) quanto nos últimos 12 meses (+3,0).

Segundo as regiões brasileiras, os melhores desempenhos acumulados de janeiro a setembro de 2025 foram:

- Amapá – Norte (+6,9% no ano e +8,5% em 12 meses);
- Paraíba – Nordeste (+5,1% no ano e +6,7% em 12 meses);
- Mato Grosso – Centro-Oeste (+4,9% no ano e +4,4% em 12 meses);
- Espírito Santo – Sudeste (+2,2% no ano e +2,9% em 12 meses); e
- Rio Grande do Sul – Sul (+2,6% no ano e +5,3% em 12 meses).

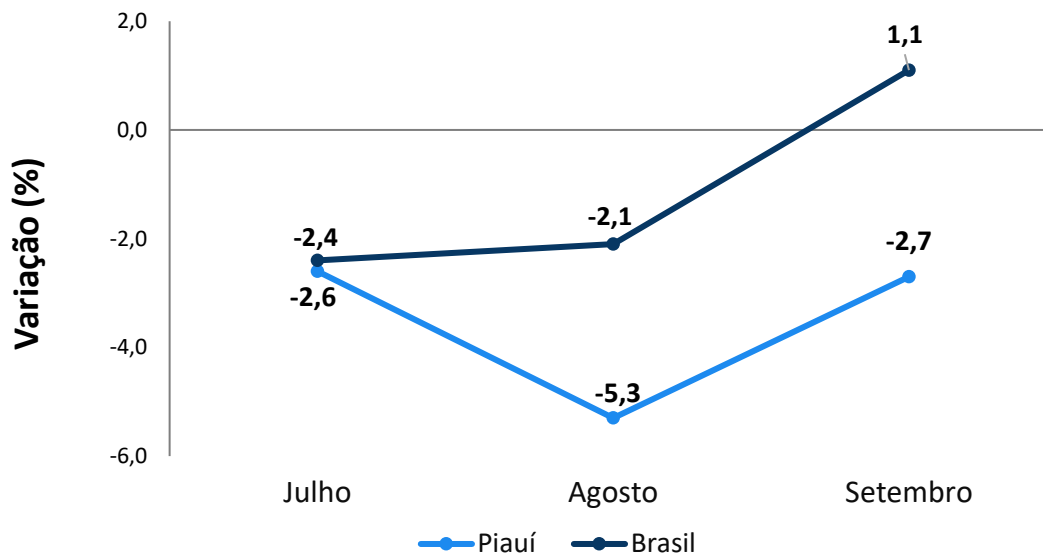
O comparativo entre os dados da variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado do Piauí em relação à média nacional está demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Variação (%) do volume de vendas do comércio varejista ampliado em 2025 (julho a setembro e acumulados) – Piauí e Brasil

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Jul.	Ago.	Set.	Jan. a Set.	12 meses
Piauí	-2,6	-5,3	-2,7	0,7	3
Brasil	-2,4	-2,1	1,1	-0,3	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 3 – Variação (%) de volume de vendas do comércio varejista ampliado no Piauí e Brasil – 2025 (abril a junho)



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 12 mostra a variação do volume de receita nominal do comércio varejista ampliado. Em 2025, o comércio varejista ampliado apresentou crescimento de 7,0% no acumulado de janeiro a setembro e de 7,6% nos últimos 12 meses, segundo os dados por Unidade da Federação. Na comparação mensal, o setor registrou variações positivas em julho (6,3%) e agosto (5,3%), e setembro (5,3%), refletindo um movimento de aumento de dinamismo entre as regiões.

No Nordeste, o desempenho foi heterogêneo, com o Piauí tendo crescimento acumulado de 5,4% nos três primeiros trimestres e 7,0% em 12 meses, abaixo da média nacional, ocupando a oitava posição na região. O Estado manteve avanços consistentes em julho (2,7%) e agosto (0,5%), porém teve uma desaceleração em setembro (-0,8%). Estados de destaque com resultados robustos foram a Paraíba (10,2% em 12 meses) e o Ceará (9,5% em 12 meses). A Bahia, maior mercado regional, cresceu 7,6% em 12 meses, ficando no mesmo patamar do desempenho nacional.

No Norte, o destaque foi o Amapá, com crescimento expressivo de 14,5% no acumulado do ano e 14,9% em 12 meses, o maior avanço do país. Rondônia (8,4%) e Acre (8,9%) também apresentaram resultados bastante positivos, impulsionando a média da região.



No Centro-Oeste, os resultados também foram expressivos. O Distrito Federal cresceu 10,2% em 12 meses, enquanto o Mato Grosso registrou 7,9%. Mato Grosso do Sul teve o menor desempenho, com 6,4% em 12 meses.

Na região Sudeste, o crescimento foi positivo, com destaque para Espírito Santo (8,4% em 12 meses) e São Paulo (7,5%), que ficou abaixo da média nacional, refletindo o impacto de seu grande mercado consumidor sobre o desempenho agregado. O Rio de Janeiro (4,1%) também mostrou resultado inferior ao nacional.

Por fim, no Sul, os resultados foram positivos, com destaque para Santa Catarina (11,3%) e Rio Grande do Sul (8,5% em 12 meses) ambos entre os melhores desempenhos do país. O Paraná, também positivo (8,1%), ficou acima da média nacional.

Tabela 12 – Variação (%) da receita nominal de vendas do comércio varejista ampliado por Grandes Regiões e Unidades da Federação no Brasil – 2025 (julho a setembro e acumulados)

Unidade da Federação	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Jul.	Ago.	Set.	Jan. a Set.	12 meses
Brasil	6,3	5,3	5,3	7	7,6
Norte					
Acre	6,7	7,6	6,3	8,0	8,9
Amapá	16	7,9	16,4	14,5	14,9
Amazonas	4,9	5	2,9	6,3	7,0
Pará	7,4	5,2	3,7	6,7	7,5
Rondônia	6,1	3,7	7,7	8,5	8,4
Roraima	10	3,6	0,6	4,1	7,3
Tocantins	-7,3	-3,9	3,6	2,4	4,7
Nordeste					
Alagoas	8,1	6,7	6	8,4	9,4
Bahia	7	5	10,2	6,5	7,6
Ceará	7,2	7,5	9,8	8,5	9,5
Maranhão	6,7	9,4	6,9	7,5	7,5
Paraíba	5,7	6,9	8,2	8,8	10,2
Pernambuco	4,9	2,8	4,9	5,9	6,6
Piauí	2,7	0,5	-0,8	5,4	7,0
Rio Grande do Norte	10,6	12,6	12,7	9,1	9,4
Sergipe	5,4	3,7	3,8	4,4	5,5
Centro-Oeste					
Distrito Federal	9,3	8,7	7,4	10,1	10,2
Goiás	3,3	4,1	6,7	6,3	7,4
Mato Grosso	10,1	7,2	6,6	8,6	7,9
Mato Grosso do Sul	6,8	3,7	4,5	5,9	6,4
Sudeste					
Espírito Santo	7,5	4,3	4,5	7,8	8,4
Minas Gerais	6,4	4,2	5,6	6,7	7
Rio de Janeiro	2,7	2,5	0,6	2,9	4,1
São Paulo	6,2	5,1	3,7	6,9	7,5
Sul					
Paraná	8,7	8,3	6,7	8,2	8,1
Rio Grande do Sul	3,4	4	6,6	7,2	8,5
Santa Catarina	11,4	9,7	10,6	12	11,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Em relação ao volume de vendas do comércio varejista e do comércio varejista ampliado, por grupos de atividades, os indicadores em nível nacional encontram-se na Tabela 13.

No trimestre de julho a setembro de 2025, o volume de vendas do comércio varejista apresentou desaceleração, apresentando quedas de 1,3% em julho, 4,2% em agosto e 5,4% em setembro. Apesar disso, o resultado acumulado do período de janeiro a setembro foi



positivo, com crescimento de 1,1%, e os últimos 12 meses atingiu 2,7%, indicando manutenção de trajetória de expansão, ainda que em ritmo moderado.

Entre os segmentos, os destaques positivos foram Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, com avanço acumulado de 3,6% no ano e 4,0% em 12 meses, além de Móveis e Eletrodomésticos, que cresceram 4,1% no ano e 4,7% em 12 meses. Outro setor relevante foi o de Outros artigos de uso pessoal e doméstico, com elevação de 2,1% no acumulado do ano e 3,5% em 12 meses, reforçando a importância desses itens no consumo das famílias.

Tabela 13 – Indicadores do volume de vendas do comércio varejista e comércio ampliado segundo os grupos de atividades no Brasil em 2025 (abril a junho e acumulados)

Atividade	Variação				
	Mensal			Acumulada	
	Jul.	Ago.	Set.	Jan. a Set.	12 Meses
Comércio Varejista *	-1,3	-4,2	-5,4	1,1	2,7
1. Combustíveis e Lubrificantes	3,1	0,3	-0,8	0,5	0,6
2. Hipermercados, Supermercados, Prod. Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,4	-0,6	-0,6	0,8	1,4
2.1 Hipermercados e Supermercados	0,8	-0,3	-0,5	1,2	1,9
3. Tecidos, Vestuário e Calçados	-1,4	0,6	-1,6	3,3	4,1
4. Móveis e Eletrodomésticos	3,2	2,1	7,5	4,1	4,7
4.1 Móveis	-7,0	-9,6	-2,3	-4,4	-1,6
4.2 Eletrodomésticos	6,5	6,4	11,1	6,8	6,5
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	4,0	2,5	5,0	3,6	4,0
6. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	3,6	0,7	-2,1	-1,7	-3,2
7. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-4,7	-0,7	5,8	-0,5	-0,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	1,3	1,9	2,8	2,1	3,5
Comércio Varejista Ampliado **	-2,6	-5,3	-2,7	0,7	3,0
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-9,4	-7,7	-1,6	-2,8	0,3
10. Material de Construção	-2,7	-6,1	-0,3	0,6	2,0
11. Atacado Especializado em Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-6,7	-2,0	7,7	-4,5	-5,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMC (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Notas: * O indicador do Comércio Varejista é composto pelo resultado das atividades de 1 a 8.

** O indicador do Comércio Varejista Ampliado é composto pelo resultado das atividades de 1 a 11.

Em contrapartida, alguns segmentos seguiram em retração. O grupo de Livros, jornais, revistas e papelaria apresentou queda de -1,7% no ano e -3,2% em 12 meses, confirmando perda estrutural de relevância. O segmento de Equipamentos e materiais para escritório,



informática e comunicação acumulou recuo de -0,5% no ano e -0,5% em 12 meses, refletindo uma demanda mais enfraquecida.

O comércio varejista ampliado registrou comportamento de declínio: queda em julho (-2,6%), agosto (-5,3%) e em setembro (-2,7%). Ainda assim, o acumulado do ano foi positivo em 0,7% e, em 12 meses, o setor avançou 3,0%.

Dentro desse agregado, a atividade de Material de construção mostrou queda no trimestre: recuo em julho (-2,7%), agosto (-6,1%) e nova queda em setembro (-0,3%). Apesar do baixo desempenho no trimestre, o acumulado do ano ficou positivo em 0,6% e em 12 meses registrou alta de 2,0%, sendo um dos destaques do varejo ampliado no ano. Por outro lado, o Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou quedas persistentes, acumulando retração de -4,5% no ano e -5,5% em 12 meses, tornando-se o principal fator de contenção do crescimento no comércio ampliado. Além disso, o setor de Veículos e motos, partes e peças também apresentou desempenho negativo no trimestre, acumulando retração de -2,8 no ano, porém um leve crescimento de 0,3 em 12 meses.

2.3 Frota de Veículos

A Tabela 14 mostra que a frota de veículos no Brasil apresentou trajetória de crescimento contínuo nos últimos três anos, ainda que em ritmo moderado. O total variou de 3,10% (2023-2022) para 3,38% (2024-2023) e atingiu 3,44% na comparação entre os trimestres 2025 e 2024, revelando certa aceleração recente. Entre os tipos de veículos, o segmento motos destacou-se com crescimento no 3º trimestre de 2025 em comparação ao 3º trimestre de 2024 de 5,81%. As categorias automóvel e caminhão, ônibus e micro-ônibus tiveram desempenhos semelhantes nesse mesmo período de 2,4% e 2,42%, respectivamente.

No Nordeste, os resultados foram superiores aos da média nacional. O crescimento total subiu de 3,97% (2023-2022) para 4,45% (2024-2023) e alcançou 5,12% (2025-2024), indicando maior dinamismo regional. O destaque foi o segmento motos, que avançou de 5,29% para 5,95% e chegou a 6,83%, confirmando o papel central desse modal na mobilidade regional. Automóveis e caminhões apresentaram desempenhos positivos, mas em patamares menores, com variações abaixo de 3,5%.



O Piauí apresentou desempenho ainda mais expressivo: o crescimento da frota total foi de 3,96% (2023-2022) para 4,83% (2024-2023) e 5,55% (2025-2024), colocando o Estado acima da média nordestina e nacional. O principal vetor de expansão foram as motos, com variação de 4,71% em 2023-2022 para 5,58% em 2024-2023 e 6,81% em 2025-2024. O segmento de caminhões, ônibus e micro-ônibus também apresentou aceleração, passando de 2,43% para 3,46% e chegando a 4,58%, refletindo o fortalecimento das atividades de transporte e logística no Estado.

Na capital Teresina, o avanço da frota total foi relevante: 2,93% (2023-2022), 3,36% (2024-2023) e 3,58% (2025-2024). Os principais destaques foram novamente as motos, que passaram de 4,80% para 5,02% e 6,01%, além do crescimento contínuo do segmento de caminhões, que variou de 2,40% para 3,50% e 3,83%, sugerindo uma ampliação do transporte urbano e intermunicipal.

Tabela 14 – Quantidade de veículos total e por tipo – Brasil, Nordeste, Piauí, Teresina e RIDE Teresina

Região	3º Trimestre 2023-2022	3º Trimestre 2024-2023	3º Trimestre 2025-2024	Participação (%)
Brasil	3,10%	3,38%	3,44%	
Automóvel	2,18%	2,34%	2,22%	61,11%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,43%	2,25%	2,15%	4,19%
Motos ¹	4,95%	5,48%	5,81%	34,70%
Nordeste	3,97%	4,45%	5,12%	
Automóvel	2,58%	2,87%	3,18%	42,37%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,64%	2,39%	3,48%	4,09%
Motos ¹	5,29%	5,95%	6,83%	53,54%
Piauí	3,96%	4,83%	5,55%	
Automóvel	2,77%	3,59%	3,28%	32,69%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,43%	3,46%	4,58%	3,77%
Motos ¹	4,71%	5,58%	6,81%	63,55%
Teresina	2,93%	3,36%	3,58%	
Automóvel	1,06%	1,60%	0,91%	44,74%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,40%	3,50%	3,83%	3,85%
Motos ¹	4,80%	5,02%	6,01%	51,41%
RIDE Teresina	3,16%	3,64%	3,95%	
Automóvel	1,22%	1,78%	1,20%	42,25%
Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	2,69%	3,51%	4,03%	3,77%
Motos ¹	4,90%	5,22%	6,19%	53,98%

Fonte: SENATRAN. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Notas: ¹Motos = Motocicleta + Motoneta + Ciclomotor.



Por fim, na RIDE Teresina, a evolução seguiu padrão semelhante ao da capital, com crescimento total de 3,16% (2023-2022), 3,64% (2024-2023) e 3,95% (2025-2024). O desempenho das motos foi novamente determinante, com taxas de 4,90%, 5,22% e 6,19%, consolidando-se como principal categoria em expansão. Enquanto isso, automóveis e caminhões cresceram em ritmo mais moderado, com variações de 1,20% e 4,03%, respectivamente, no último período.

A Tabela 15 apresenta a evolução da idade média da frota de setembro de 2022, 2023, 2024 e 2025 e aponta um processo de renovação em todas as regiões analisadas, porém mais acelerado no Piauí e no entorno metropolitano, enquanto o núcleo urbano da capital mantém idade média substancialmente superior, com ritmo de renovação relativamente mais lento.

No Brasil, a idade média recuou de 29,48 para 27,93 anos, o que corresponde a uma variação de -5,26%. No Nordeste, a redução foi mais intensa, passando de 26,49 para 24,83 anos (-6,28%).

No Piauí, observa-se desempenho superior às médias nacional e regional, com queda de 23,98 para 22,18 anos (-7,52%), indicando maior dinamismo no processo de renovação da frota estadual. A RIDE Teresina também registrou trajetória consistente, reduzindo a idade média de 25,48 para 23,95 anos (-6,02%), sinalizando renovação relevante no entorno da capital.

Tabela 15 – Idade Média da Frota – Brasil, Nordeste, Piauí, Teresina e RIDE Teresina

Região	Set./22	Set./23	Set./24	Set./25	Varição Set./25 – Set./22
Brasil	29,48	29,01	28,47	27,93	-5,26
Nordeste	26,49	25,99	25,41	24,83	-6,28
Piauí	23,98	23,48	22,83	22,18	-7,52
Teresina	34,58	34,20	33,71	33,34	-3,60
RIDE Teresina	25,48	25,09	24,35	23,95	-6,02

Notas: A idade média da frota foi calculada tomando como referência o ano de 2025, a partir da diferença entre o ano de referência e o ano modelo do veículo. Dessa forma, quanto menor o resultado, mais recente é a composição da frota em circulação.

Em contraste, Teresina apresenta um quadro distinto: embora tenha havido redução de 34,58 para 33,34 anos (-3,60%), a frota da capital permanece significativamente mais envelhecida do que a do Estado, da RIDE, do Nordeste e do Brasil.



3 SERVIÇOS

A análise do desempenho do setor de Serviços no Brasil tem como principal referência a PMS, realizada e divulgada mensalmente pelo IBGE. A metodologia da PMS baseia-se em informações fornecidas por empresas formalmente constituídas, que têm como atividade principal o enquadramento em diversas áreas de serviços não financeiros, como Transportes, armazenagem, serviços de informação e comunicação, profissionais, administrativos e de outros segmentos prestados às famílias e empresas.

Os dados declarados refletem o volume e a receita bruta nominal dessas empresas, o que assegura comparabilidade e padronização estatística, permitindo aferir com maior precisão o desempenho conjuntural do setor. Por ser divulgada mensalmente, a PMS possibilita captar as oscilações de curto prazo, identificar movimentos sazonais e avaliar a dinâmica regional da atividade de serviços.

Adotando-se o consumo de energia elétrica como parâmetro complementar para avaliar o nível de atividade das redes de produção e consumo de bens e serviços, este segmento analisa a oferta, o consumo e os registros de usuários como indicadores para a compreensão da dinâmica da oferta e da prestação de serviços. A incorporação desse insumo estratégico à análise amplia a capacidade de interpretação do cenário, uma vez que o consumo energético reflete, de forma quase imediata, variações no ritmo das atividades econômicas.

3.1 Evolução do Setor de Serviços

Segundo dados da PMS constantes na Tabela 16, o setor de Serviços do estado do Piauí apresentou, no 3º trimestre de 2025, trajetória marcada por oscilações. Em julho houve retração de -2,6%, seguida de crescimento em agosto (+3,0%) e acentuada redução em setembro (-18,1%). Com isso, o resultado acumulado do primeiro semestre de 2025 ficou negativo (-3,3%), abaixo da média nacional, que registrou alta de 2,8% no mesmo período. Esse desempenho evidencia fragilidade no ritmo da atividade de serviços no Estado, contrastando com a recuperação observada no agregado do país.



Na comparação regional, o desempenho piauiense foi o mais fraco do Nordeste. Estados como Paraíba (5,5%), Sergipe (5,0%), Rio Grande do Norte (4,3%), Ceará (3,6%), Maranhão (3,4%) e Alagoas (2,6%) registraram resultados positivos expressivos. Nesse contexto, Pernambuco (-0,1%), Bahia (-0,9%) e o próprio Piauí encerraram o 3º trimestre em terreno negativo.

No cenário nacional, o setor de Serviços apresentou crescimento de 2,8% em julho, 2,5% em agosto e, acelerou em setembro (4,1%). Esse desempenho levou o acumulado até o 3º trimestre a 2,8%, sinalizando recuperação gradual da atividade. Entre os maiores destaques positivos no período estão Distrito Federal (7,5%), Tocantins (5,7%), Paraíba (5,5%), Mato Grosso do Sul (5,3%) e Sergipe (5,0%). Em contrapartida, os resultados mais negativos foram registrados pelo Rio Grande do Sul (-4,4%), Acre (-3,8%) e Piauí (-3,3%). Assim, enquanto o setor de Serviços no Brasil e em boa parte das Unidades da Federação avançou no 3º semestre de 2025, o Piauí enfrentou retração significativa, situando-se entre os desempenhos mais desfavoráveis do país e destoando da tendência de recuperação observada em outras economias regionais.

Tabela 16 – Variação (%) do volume do setor de Serviços por Grandes Regiões e Unidades da Federação no Brasil – 2025 (abril a junho e acumulados)

Unidade da Federação	Variação			
	Mensal			Acumulada Jan. a Set.
	Jul.	Ago.	Set.	
Brasil	2,8	2,5	4,1	2,8
Norte				
Acre	3,9	-6,8	-8,8	-3,8
Amapá	0,9	7,7	6	3,2
Amazonas	-1,1	-1,7	-8,1	0,6
Pará	-2	2,2	5	0,5
Rondônia	7,9	13,3	26,9	2,6
Roraima	3,2	3,6	1,2	-0,3
Tocantins	-3,4	2,5	7,5	5,7
Nordeste				
Alagoas	-1,8	3,8	0,3	2,6
Bahia	-2,6	-6,5	0,6	-0,9
Ceará	0,3	2,1	5	3,6
Maranhão	3,2	0,5	2,2	3,4
Paraíba	5,6	-0,3	6,9	5,5
Pernambuco	-1,2	-0,9	2	-0,1
Piauí	-2,6	3,0	-18,1	-3,3
Rio Grande do Norte	-5,1	1,4	6,3	4,3
Sergipe	-3,6	7,7	5,8	5,0
Centro-Oeste				
Distrito Federal	-2,7	7,4	15,1	7,5
Goiás	3,6	4,7	3,6	3
Mato Grosso	6,1	4,1	8,3	3,9
Mato Grosso do Sul	13,8	13,5	4,2	5,3
Sudeste				
Espírito Santo	0,6	-1,6	2	0,3
Minas Gerais	-1,9	-1,7	1,7	0,2
Rio de Janeiro	-3,6	-0,1	-0,2	0,9
São Paulo	6	3,9	5,9	4,4
Sul				
Paraná	5,3	2,9	1,5	2,5
Rio Grande do Sul	2,5	3,6	6,4	-4,4
Santa Catarina	2,4	3,8	2	4,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMS (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nos últimos 12 meses (Tabela 17), o setor de Serviços do Piauí registrou um decréscimo acumulado de -2,8%, resultado inferior à média nacional, de 3,1%, no período de outubro de 2024 a setembro de 2025. Esse desempenho posicionou o Estado na 25ª posição no ranking nacional, evidenciando um ritmo de expansão mais moderado frente ao observado nas demais Unidades da Federação.



No contexto regional, o Piauí também apresentou desempenho abaixo ao de estados vizinhos que registraram avanços mais expressivos, como Rio Grande do Norte (6,4%), Sergipe (6,4%) e Paraíba (6,0%). O desempenho piauiense indica que o setor de Serviços estadual enfrentou maiores dificuldades para sustentar a expansão da atividade, diferentemente do dinamismo observado no Distrito Federal, que liderou o ranking nacional com alta de 7,8%.

Tabela 17 – Variação acumulada (%) do volume do setor de serviços por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)
1	Distrito Federal	7,8
2	Amapá	6,8
3	Rio Grande do Norte	6,4
4	Sergipe	6,4
5	Paraíba	6
6	Tocantins	5,7
7	Santa Catarina	5
8	São Paulo	4,6
9	Amazonas	4,3
10	Maranhão	3,4
11	Alagoas	3,4
12	Ceará	3,2
13	Paraná	3,1
14	Rondônia	2,5
15	Goiás	2,4
16	Mato Grosso do Sul	2,3
17	Espírito Santo	2
18	Pernambuco	1,7
19	Roraima	1,6
20	Rio de Janeiro	1,6
21	Pará	1
22	Minas Gerais	0,7
23	Mato Grosso	-0,1
24	Bahia	-0,3
25	Piauí	-2,8
26	Acre	-2,9
27	Rio Grande do Sul	-4,9
Total	Brasil	3,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMS (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A variação acumulada da receita nominal do setor de Serviços do Piauí nos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2025 foi de 1,5% (Tabela 18), resultado inferior à



média nacional, de 7,6%. Esse desempenho posicionou o Estado na última colocação no ranking nacional, indicando uma expansão mais moderada em comparação às demais economias regionais.

No contexto do Nordeste, o Piauí ficou atrás de estados como Rio Grande do Norte (11,5%) que obteve o melhor desempenho nacional, seguido por Sergipe (10,8%) na segunda colocação, além da Paraíba (10,1%) e Alagoas (7,8%), que registraram taxas de crescimento mais expressivas.

Tabela 18 – Variação acumulada (%) do volume de receita nominal do setor de Serviços por Unidades da Federação no Brasil – 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)

Posição	Unidade da Federação	Variação Acumulada 12 meses (outubro de 2024 a setembro de 2025)
1	Rio Grande do Norte	11,5
2	Sergipe	10,8
3	Distrito Federal	10,8
4	Paraíba	10,1
5	Amapá	9,6
6	Santa Catarina	9,3
7	Tocantins	8,9
8	São Paulo	8,9
9	Alagoas	7,8
10	Amazonas	7,7
11	Maranhão	7,6
12	Ceará	7,4
13	Rio Grande do Sul	7,2
14	Paraná	7
15	Espírito Santo	6,8
16	Minas Gerais	5,8
17	Goiás	5,7
18	Mato Grosso do Sul	5,6
19	Pernambuco	5,5
20	Rio de Janeiro	5,5
21	Bahia	5,1
22	Rondônia	5
23	Roraima	4,7
24	Pará	4,2
25	Mato Grosso	2,4
26	Acre	2
27	Piauí	1,5
Total	Brasil	7,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio – PMS (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



Embora não tenha figurado entre os principais destaques regionais, o desempenho do setor de Serviços do Piauí demonstra resiliência em um cenário de desaceleração econômica em parte do país. O crescimento, mesmo abaixo da média nacional, confirma que a atividade estadual conseguiu se manter em expansão, preservando sua relevância no contexto do setor de serviços brasileiro.

3.2 Evolução do Mercado de Energia Elétrica

A análise do consumo de energia elétrica constitui um instrumento fundamental para compreender a dinâmica da atividade econômica em diferentes segmentos da sociedade. Como insumo essencial, a energia reflete diretamente o comportamento do setor produtivo, do comércio, do poder público e das famílias, funcionando como um indicador antecedente do nível de atividade econômica. As variações no consumo permitem identificar tendências de crescimento ou retração em setores estratégicos, além de revelar transformações estruturais, como o avanço da urbanização, a modernização do campo e a intensificação da atividade industrial.

Os dados apresentados foram extraídos do portal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), fonte oficial que garante a confiabilidade das informações e permite acompanhar, em detalhe, o comportamento do consumo de energia elétrica por classe de consumidores, contribuindo para uma leitura mais precisa da conjuntura econômica estadual, regional e nacional.

A evolução do consumo de energia elétrica no Piauí ao longo do 3º trimestre de 2025 (Tabela 19) confirma a relevância desse indicador como termômetro da atividade econômica, refletindo tanto a resiliência do consumo das famílias quanto o dinamismo das atividades produtivas, em especial no meio rural.

No trimestre, observa-se aceleração do consumo total mês a mês, passando de 415.647 MWh em julho para 427.219 MWh em agosto e 446.936 MWh em setembro de 2025. Na comparação set./25 versus set./24, o consumo total avançou 7,19% (de 416.967 para 446.936 MWh), com destaque para o crescimento no segmento Rural (+14,56%) e residencial (+8,20%), enquanto a classe Industrial registrou recuo pontual (-3,09%).



Tabela 19 – Evolução do consumo de energia elétrica (MWh) por classe no Piauí – 3º trimestre de 2025 e acumulados

Classe	Set./24	Jul./25	Ago./25	Set./25	Jan. a Set./2025	Varição 24/25 (%)	Participação (%)
Residencial	216.385	219.143	221.984	234.133	1.899.190	7,37	52,48
Comercial	83.673	82.959	85.975	89.064	729.092	3,88	20,15
Industrial	20.344	21.558	21.147	19.716	178.484	1,83	4,93
Rural	26.724	27.737	29.364	30.616	231.151	14,41	6,39
Outros	69.841	64.250	68.749	73.407	580.690	2,80	16,05
Total	416.967	415.647	427.219	446.936	3.618.607	6,03	100,00

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros = Poder Público (energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais), Serviço Público (energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento), Iluminação Pública e Próprio.

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, o consumo totalizou 3.618.607 MWh, correspondendo a um crescimento de 6,03% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi sustentado principalmente pelo segmento residencial, que permaneceu como o principal vetor da demanda e respondeu por 52,48% do total consumido no período. Foram 1.899.190 MWh, com expansão de 7,37% frente ao acumulado de 2024, refletindo a robustez do consumo das famílias e a ampliação da carga doméstica.

O setor Comercial, segunda maior classe consumidora, somou 729.092 MWh (participação de 20,15%) e apresentou aumento de 3,88%, sinalizando expansão moderada do consumo no setor terciário. A classe Industrial totalizou 178.484 MWh, com variação positiva de 1,83% e participação de 4,93%, sugerindo crescimento em ritmo contido.

O segmento Rural registrou o desempenho mais expressivo, atingindo 231.151 MWh, com avanço de 14,41% e participação de 6,39%, resultado compatível com maior dinamismo do campo e uso mais intensivo de equipamentos elétricos. Por fim, a classe outros (poder público, serviço público, iluminação pública e próprio) consumiu 580.690 MWh, com crescimento de 2,80% e participação de 16,05%, indicando estabilidade do consumo associado a serviços essenciais.

No que se refere ao número de unidades consumidoras, a Tabela 20 indica que, em setembro de 2025, o Piauí registrou 1.573.769 consumidores, com predominância do segmento Residencial (1.347.512, ou 85,62% do total). Em seguida, destacam-se as



classes Rural (103.875, participação de 6,60%) e comercial (89.938, participação de 5,71%), enquanto outros totalizou 30.057 (1,91%) e o segmento Industrial permaneceu residual (2.387, 0,15%). Ao longo do próprio trimestre, o total de consumidores manteve-se praticamente estável (+0,19% de jul./25 para set./25), com leve aumento no Residencial (+0,68%) e retração mais evidente no Rural (-5,15%).

Tabela 20 – Evolução do número de unidades consumidoras por classe no Piauí – 3º trimestre

Classe	Set./24	Jul./25	Ago./25	Set./25	Varição 24/25 (%)	Participação (%)
Residencial	1.303.091	1.338.474	1.340.497	1.347.512	23,82	85,62
Comercial	89.647	90.206	89.687	89.938	87,19	5,71
Industrial	2.465	2.409	2.407	2.387	98,64	0,15
Rural	110.258	109.510	104.193	103.875	48,58	6,60
Outros	29.114	30.153	29.895	30.057	94,68	1,91
Total	1.534.575	1.570.752	1.566.679	1.573.769	-53,89	100,00

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros = Poder Público (energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais), Serviço Público (energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento), Iluminação Pública e Próprio.

A classe Residencial manteve trajetória de alta no trimestre, passando de 1.338.474 (jul./25) para 1.347.512 (set./25) (+0,68%) e consolidando 85,62% de participação em set./25. Em relação a set./24, o número de unidades residenciais aumentou de 1.303.091 para 1.347.512 (+3,41%), reforçando a centralidade do consumo das famílias na estrutura de demanda do Estado.

O setor Comercial, segunda maior classe, permaneceu praticamente estável no trimestre, com leve recuo de 90.206 (jul./25) para 89.938 (set./25) (-0,30%), mantendo 5,71% do total. Na comparação com set./24, houve pequena alta de 89.647 para 89.938 (+0,32%), sugerindo manutenção da base de consumidores do Comércio e Serviços.

O segmento Industrial registrou queda de 2.409 (jul./25) para 2.387 (set./25) (-0,91%) e, frente a set./24, recuou de 2.465 para 2.387 (-3,16%), preservando participação residual (0,15%). Esse comportamento é compatível com uma base reduzida de unidades e maior intensidade de consumo por estabelecimento.

No setor Rural, observou-se a retração mais relevante do trimestre, com diminuição de 109.510 (jul./25) para 103.875 (set./25) (-5,15%). Em relação a set./24, a redução foi de



110.258 para 103.875 (-5,79%), embora a classe ainda represente 6,60% do total em set./25.

Por fim, a classe outros oscilou pouco no trimestre, de 30.153 (jul./25) para 30.057 (set./25) (-0,32%), mantendo 1,91% de participação. Na comparação anual, avançou de 29.114 (set./24) para 30.057 (set./25) (+3,24%), preservando relevância por englobar serviços essenciais (poder público, serviço público, iluminação pública e próprio).

Os dados do consumo médio mensal por usuário (kWh) no 3º trimestre de 2025 (Tabela 21) mostra que o Piauí se diferencia por crescimento do consumo médio em todas as classes, com ênfase no setor Rural e expansão relevante também no Residencial e Comercial, reforçando sinais de transformações na estrutura de demanda e maior intensidade de uso de energia em segmentos estratégicos da economia estadual.

A elevação do consumo médio total entre set./24 e set./25 passou de 271,72 para 283,99 kWh (+4,52%), em contraste com as quedas observadas no Brasil (-2,22%) e no Nordeste (-1,82%). Esse resultado sinaliza maior dinamismo relativo da demanda de energia no Estado, com destaque para o avanço do consumo em classes diretamente associadas às famílias, ao comércio e, sobretudo, às atividades do meio rural.

No segmento Residencial, o consumo médio no Piauí atingiu 173,75 kWh em set./25, com alta de 4,63% frente a set./24 (166,06 kWh), enquanto Brasil (-0,79%) e Nordeste (-2,37%) registraram retração. O comportamento reforça a expansão do acesso às famílias piauienses no período.

No setor comercial, o consumo médio chegou a 990,28 kWh em set./25, com crescimento de 6,10% em relação a set./24 (933,37 kWh), novamente em sentido oposto ao observado no Brasil (-1,78%) e no Nordeste (-2,35%). Esse movimento sugere maior intensidade de uso de energia em atividades de comércio e serviços no Estado.

Na indústria, o consumo médio no Piauí ficou em 8.259,74 kWh em set./25, praticamente estável frente a set./24 (8.253,00 kWh) (+0,08%). Apesar da variação modesta, o desempenho contrasta com as quedas registradas no Brasil (-1,50%) e no Nordeste (-2,59%), indicando manutenção do patamar de demanda industrial no Estado, ainda que com oscilação ao longo do trimestre.



Tabela 21 – Consumo médio mensal por usuário (KWh) – Brasil, Nordeste e Piauí no 3º trimestre

Classe	Set./24	Jul./25	Ago./25	Set./25	Varição 24/25 (%)
Brasil	493,85	475,81	479,47	482,91	2,22
Residencial	172,14	169,62	166,31	170,78	0,79
Comercial	1.343,81	1.260,43	1.285,41	1.319,95	1,78
Industrial	36.879,18	36.647,03	37.245,84	36.325,51	1,50
Rural	692,35	638,71	675,87	695,69	0,48
Outros	4.925,30	4.625,77	4.711,74	4.807,58	2,39
Nordeste	327,95	316,16	320,75	321,98	1,82
Residencial	131,44	127,13	127,68	128,32	2,37
Comercial	937,71	897,10	911,39	915,70	2,35
Industrial	65.333,71	65.620,66	66.615,93	63.638,93	2,59
Rural	474,86	439,50	465,17	508,57	7,10
Outros	3.479,59	3.315,18	3.341,99	3.435,97	1,25
Piauí	271,72	264,62	272,69	283,99	4,52
Residencial	166,06	163,73	165,60	173,75	4,63
Comercial	933,37	919,66	958,61	990,28	6,10
Industrial	8.253,00	8.948,94	8.785,63	8.259,74	0,08
Rural	242,37	253,28	281,82	294,74	21,60
Outros	2.398,88	2.130,80	2.299,68	2.442,26	1,81

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Outros = Poder Público (energia fornecida para os poderes públicos federais, estaduais e municipais), Serviço Público (energia fornecida para empresas de água, esgotos e saneamento), Iluminação Pública e Próprio.

O setor Rural apresentou a variação mais expressiva: o consumo médio avançou de 242,37 kWh (set./24) para 294,74 kWh (set./25) (+21,60%), superando amplamente o Brasil (+0,48%) e o Nordeste (+7,10%). O resultado é compatível com maior uso de energia em atividades agropecuárias, associado à mecanização, irrigação e adoção de equipamentos elétricos.

Por fim, a classe outros registrou alta de 1,81% no Piauí, alcançando 2.442,26 kWh em set./25 (ante 2.398,88 kWh em set./24), enquanto no Brasil (-2,39%) e no Nordeste (-1,25%) observou-se recuo. Esse comportamento pode refletir aumento de demanda em serviços públicos e infraestrutura urbana, sem prejuízo de ações pontuais de eficiência energética.



4 COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Piauí no 3º trimestre de 2025 (julho a setembro) somaram US\$ 378.104.334 FOB, o que representa queda de 35,36% em relação ao mesmo período de 2024 (US\$ 584.932.922). Em termos físicos, o volume exportado totalizou 887.888.062 kg, também em retração (-40,50%) frente a 1.492.181.432 kg em 2024 (Tabela 22). Essa queda do valor e do volume exportado foi puxada principalmente pela redução da soja e pelo colapso de itens como milho, resíduos do óleo de soja, ceras e minério de ferro, apesar do bom desempenho de alguns produtos (com destaque para algodão, glicerol e pedras para construção/pavimentação).

A pauta permaneceu concentrada na soja, que, apesar da redução, continuou como principal produto exportado: foram US\$ 358.690.523 em 2025 (-31,50%) e 875.749.557 kg (-27,25%). Esse desempenho explica grande parte da queda do total, dado o peso predominante do item na receita e no volume exportado do Estado.

Ao mesmo tempo, alguns produtos registraram crescimento expressivo e ganharam espaço relativo na pauta. Destaca-se o algodão não cardado nem penteado, com avanço de 157,18% no faturamento (de US\$ 1.212.371 para US\$ 3.117.979) e de 165,53% no volume (de 742.981 kg para 1.972.833 kg). Houve também aumento em glicerol em bruto, com alta de 90,27% no valor FOB (de US\$ 453.173 para US\$ 862.263), apesar de leve recuo no volume (-7,68%).

Entre os itens ligados a minerais e construção, granito e outras pedras de cantaria/construção cresceram 56,84% em valor e 67,28% em volume, enquanto pedras para calçetar/meios-fios/placas avançaram de forma acentuada (+787,45% em faturamento e +717,58% em volume). Também chama atenção o salto de peixes congelados, com forte aumento tanto em valor quanto em volume, ainda que partindo de base muito baixa em 2024 (Tabela 14).

Por outro lado, houve recuos relevantes em itens tradicionais ou que haviam ganhado importância recentemente. O milho apresentou forte contração (-94,10% no faturamento e -94,32% no volume). As tortas e resíduos da extração do óleo de soja praticamente saíram da pauta, com queda de -99,36% em valor e -99,26% em volume. As ceras vegetais também recuaram de forma expressiva (-55,95% no faturamento e -

66,54% no volume). Além disso, minérios de ferro e seus concentrados, que haviam registrado US\$ 9.198.753 e 170.951.402 kg em 2024, não tiveram embarques no 3º trimestre de 2025 (variação de -100%) (Tabela 14).

Tabela 22 – Faturamento, volume das exportações e variação (%) no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Produto	Código SH4	Faturamento (US\$ 1,00)			Volume (kg)		
		2024	2025	Var. (%)	2024	2025	Var. (%)
Soja, mesmo triturada	1201	523.625.770	358.690.523	-31,50	1.203.858.683	875.749.557	-27,25
Mel natural	409	7.883.255	7.476.486	-5,16	3.021.452	2.101.325	-30,45
Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos	1521	9.056.004	3.988.987	-55,95	1.379.481	461.512	-66,54
Algodão, não cardado nem penteado (1)	5201	1.212.371	3.117.979	157,18	742.981	1.972.833	165,53
Glicerol em bruto; águas e lixívias, glicéricas	1520	453.173	862.263	90,27	1.817.154	1.677.647	-7,68
Crustáceos, mesmo sem casca	306	1.314.465	703.904	-46,45	44.720	28.664	-35,90
Milho	1005	10.605.673	625.787	-94,10	55.700.581	3.164.595	-94,32
Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju	801		520.700	-		70.308	-
Peles curtidas ou em crosta de ovinos, depiladas, mesmo divididas, mas não preparadas de outro modo	4105	440.210	403.693	-8,30	12.700	11.149	-12,21
Couros e peles em bruto de bovinos	4101		291.444	-		762.730	-
Legumes de vagem, secos, em grão	713		285.556	-		353.159	-
Compostos heterocíclicos exclusivamente de hetero-átomo(s) de oxigênio	2932		282.838	-		7.310	-
Peixes congelados, exceto os filés de peixes	303	2.149	192.941	8878,18	222	23.650	10553,15
Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de cantaria ou de construção	2516	116.509	182.734	56,84	445.530	745.261	67,28
Ouro (incluído o ouro platinado), em formas brutas ou semimanufacturadas	7108		132.851	-		1	-
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2304	20.582.289	132.012	-99,36	53.999.636	400.000	-99,26
Pedras para calcear, meios-fios e placas (lajes) para pavimentação	6801	8.308	73.729	787,45	25.426	207.877	717,58
Cábreas; guindastes, incluídos os de cabos	8426		70.552	-		75.830	-
Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semipreciosas	7103	15.000	25.500	70,00	1	1	0,00
Pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia) trabalhadas	6802	8.360	16.760	100,48	25.396	48.625	91,47
Quartzo (exceto areias naturais); quartzites	2506	29.277	11.807	-59,67	70.943	25.055	-64,68
Minérios de ferro e seus concentrados	2601	9.198.753		-100,00	170.951.402		-100,00
Demais produtos		381356	15288	-95,99	85124	973	-98,86
Total		584.932.922	378.104.334	-35,36	1.492.181.432	887.888.062	-40,50

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

Nota: (1) Algodão sem caroço.

(*) Códigos SH4 dos demais produtos: 3305, 4112, 8504, 4113, 2938, 8414, 3924, 9615, 807, 2604, 2710, 3301, 3307, 3403, 3405, 4106, 6910, 7102, 7116, 8483, 8512, 9506.

A variação do faturamento e volume das exportações referentes ao 3º trimestre no período interanual estão dispostos na Tabela 23 e Gráfico 6 a seguir. Observa-se que o Piauí registrou queda expressiva tanto no valor quanto na quantidade exportada. Esses resultados indicam retração relevante do desempenho exportador no trimestre,



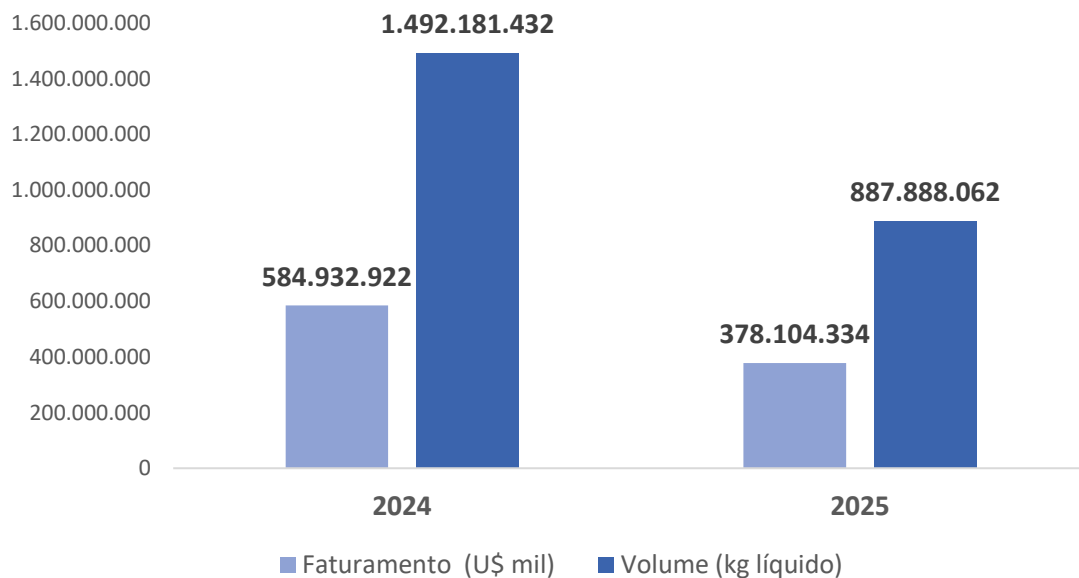
refletindo menor dinamismo da pauta e redução do escoamento físico de mercadorias ao exterior.

Tabela 23 – Faturamento e volume das exportações no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Exportações	2024	2025	Var. (%)
Faturamento (U\$ mil)	584.932.922	378.104.334	-35,36
Volume (kg líquido)	1.492.181.432	887.888.062	-40,50

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 6 – Faturamento e volume das exportações no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No contexto nacional, a performance agregada do Brasil apresentou crescimento no mesmo período (Tabela 24), com alta de 4,62% nas exportações (de US\$ 88,05 bilhões para US\$ 92,11 bilhões), evidenciando que a queda do Piauí ocorreu em sentido oposto ao movimento nacional. Entre os estados, os maiores crescimentos foram registrados em Tocantins (+58,18%), Paraíba (+42,39%), Alagoas (+41,93%) e Pernambuco (+22,22%), enquanto o Piauí apresentou uma das retrações mais intensas do país (-35,36%), superando em magnitude a queda do Maranhão (-19,66%) e da Bahia (-10,76%).

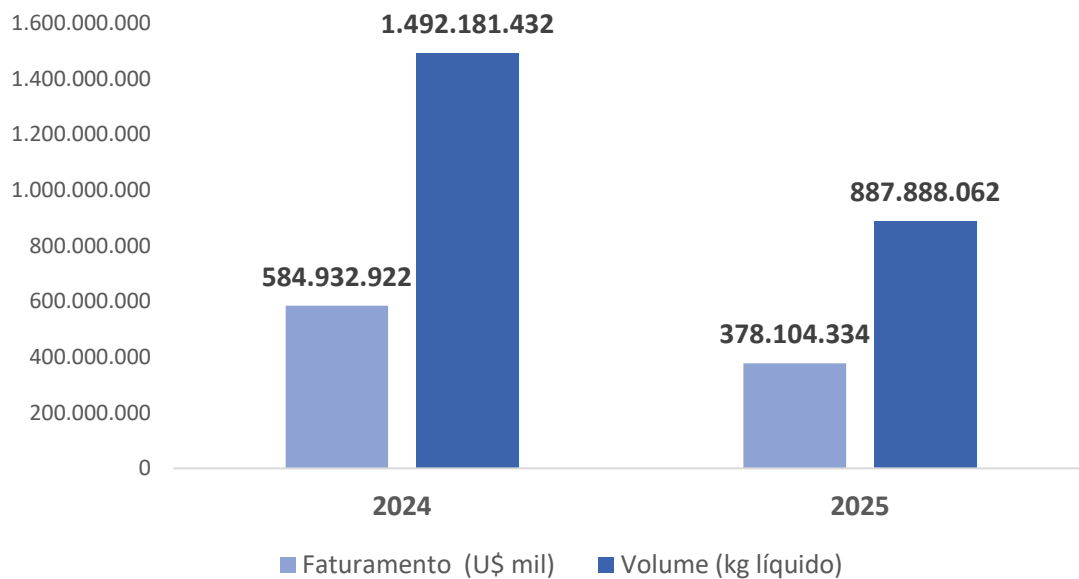


Tabela 23 – Faturamento e volume das exportações no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Exportações	2024	2025	Var. (%)
Faturamento (U\$ mil)	584.932.922	378.104.334	-35,36
Volume (kg líquido)	1.492.181.432	887.888.062	-40,50

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 6 – Faturamento e volume das exportações no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No contexto nacional, a performance agregada do Brasil apresentou crescimento no mesmo período (Tabela 24), com alta de 4,62% nas exportações (de US\$ 88,05 bilhões para US\$ 92,11 bilhões), evidenciando que a queda do Piauí ocorreu em sentido oposto ao movimento nacional. Entre os estados, os maiores crescimentos foram registrados em Tocantins (+58,18%), Paraíba (+42,39%), Alagoas (+41,93%) e Pernambuco (+22,22%), enquanto o Piauí apresentou uma das retrações mais intensas do país (-35,36%), superando em magnitude a queda do Maranhão (-19,66%) e da Bahia (-10,76%).



Tabela 24 – Comportamento das exportações por estados brasileiros em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Unidade	1º Tri de 2024	1º Tri de 2025	Var. (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Valor (US\$ 1,00)	
Brasil	88.049.127.150	92.114.999.825	4,62
Tocantins	601.143.158	950.859.771	58,18
Paraíba	29.714.634	42.310.276	42,39
Alagoas	69.445.360	98.566.188	41,93
Pernambuco	448.236.860	547.855.388	22,22
Mato Grosso	6.191.464.329	7.504.202.376	21,20
Rio Grande do Norte	236.246.009	284.210.283	20,30
Roraima	58.309.012	70.143.099	20,30
Rondônia	629.759.518	742.610.207	17,92
Goiás	3.195.107.565	3.644.928.410	14,08
Pará	6.214.393.279	6.717.484.096	8,10
Mato Grosso do Sul	2.642.240.950	2.840.224.009	7,49
Sergipe	104.035.252	111.491.875	7,17
Rio de Janeiro	11.505.686.514	12.254.846.928	6,51
Amapá	34.149.766	35.602.483	4,25
Amazonas	232.076.963	241.330.870	3,99
Minas Gerais	10.799.770.268	11.197.077.302	3,68
São Paulo	18.720.867.173	19.371.668.724	3,48
Santa Catarina	3.077.524.930	3.136.626.556	1,92
Distrito Federal	98.645.833	98.524.914	-0,12
Ceará	598.085.915	594.337.989	-0,63
Paraná	6.558.339.631	6.479.217.645	-1,21
Espírito Santo	2.794.073.438	2.759.529.789	-1,24
Rio Grande do Sul	6.242.421.639	6.061.635.529	-2,90
Bahia	3.303.355.316	2.947.844.911	-10,76
Acre	20.471.003	17.283.558	-15,57
Maranhão	1.839.547.257	1.477.940.344	-19,66
Piauí	584.932.922	378.104.334	-35,36
Não Declarada	1.219.082.656	1.508.541.971	23,74

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

As participações das exportações por estados, em termos de faturamento, encontram-se na Tabela 25.

Em termos de participação no total exportado, a queda do Piauí reduziu sua fatia no comércio exterior brasileiro: o Estado passou de 0,66% em 2024 para 0,41% em 2025, evidenciando perda de relevância relativa na pauta nacional. No país, as maiores participações permaneceram concentradas em São Paulo (21,03%), Rio de Janeiro (13,30%) e Minas Gerais (12,16%), confirmando a predominância dos grandes polos exportadores na composição nacional.



Tabela 25 – Participação das exportações por estados brasileiros em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Descrição	2024		2025	
	Valor (US\$ 1,00)	Participação %	Valor (US\$ 1,00)	Participação %
Brasil	88.049.127.150	100,00	92.114.999.825	100,00
São Paulo	18.720.867.173	21,26	19.371.668.724	21,03
Rio de Janeiro	11.505.686.514	13,07	12.254.846.928	13,30
Minas Gerais	10.799.770.268	12,27	11.197.077.302	12,16
Mato Grosso	6.191.464.329	7,03	7.504.202.376	8,15
Pará	6.214.393.279	7,06	6.717.484.096	7,29
Paraná	6.558.339.631	7,45	6.479.217.645	7,03
Rio Grande do Sul	6.242.421.639	7,09	6.061.635.529	6,58
Goiás	3.195.107.565	3,63	3.644.928.410	3,96
Santa Catarina	3.077.524.930	3,50	3.136.626.556	3,41
Bahia	3.303.355.316	3,75	2.947.844.911	3,20
Mato Grosso do Sul	2.642.240.950	3,00	2.840.224.009	3,08
Espírito Santo	2.794.073.438	3,17	2.759.529.789	3,00
Maranhão	1.839.547.257	2,09	1.477.940.344	1,60
Tocantins	601.143.158	0,68	950.859.771	1,03
Rondônia	629.759.518	0,72	742.610.207	0,81
Ceará	598.085.915	0,68	594.337.989	0,65
Pernambuco	448.236.860	0,51	547.855.388	0,59
Piauí	584.932.922	0,66	378.104.334	0,41
Rio Grande do Norte	236.246.009	0,27	284.210.283	0,31
Amazonas	232.076.963	0,26	241.330.870	0,26
Sergipe	104.035.252	0,12	111.491.875	0,12
Alagoas	69.445.360	0,08	98.566.188	0,11
Distrito Federal	98.645.833	0,11	98.524.914	0,11
Roraima	58.309.012	0,07	70.143.099	0,08
Paraíba	29.714.634	0,03	42.310.276	0,05
Amapá	34.149.766	0,04	35.602.483	0,04
Acre	20.471.003	0,02	17.283.558	0,02
Não Declarada	1.219.082.656	1,38	1.508.541.971	1,64

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No recorte regional (Tabela 26), o Nordeste apresentou retração no período, com queda de 10,13% nas exportações (de US\$ 7,21 bilhões para US\$ 6,48 bilhões), o que reforça que a redução do Piauí ocorreu em um ambiente regional também desfavorável, embora em intensidade bem superior à média nordestina.

Tabela 26 – Desempenho das exportações brasileiras por regiões em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Região	2024	2025	Variação (%)
	(US\$ 1,00)	(US\$ 1,00)	
Centro-Oeste	12.127.458.677	14.087.879.709	16,17
Norte	7.790.302.699	8.775.314.084	12,64
Sudeste	43.820.397.393	45.583.122.743	4,02
Sul	15.878.286.200	15.677.479.730	-1,26
Nordeste	7.213.599.525	6.482.661.588	-10,13
Não Declarada	1.219.082.656	1.508.541.971	23,74

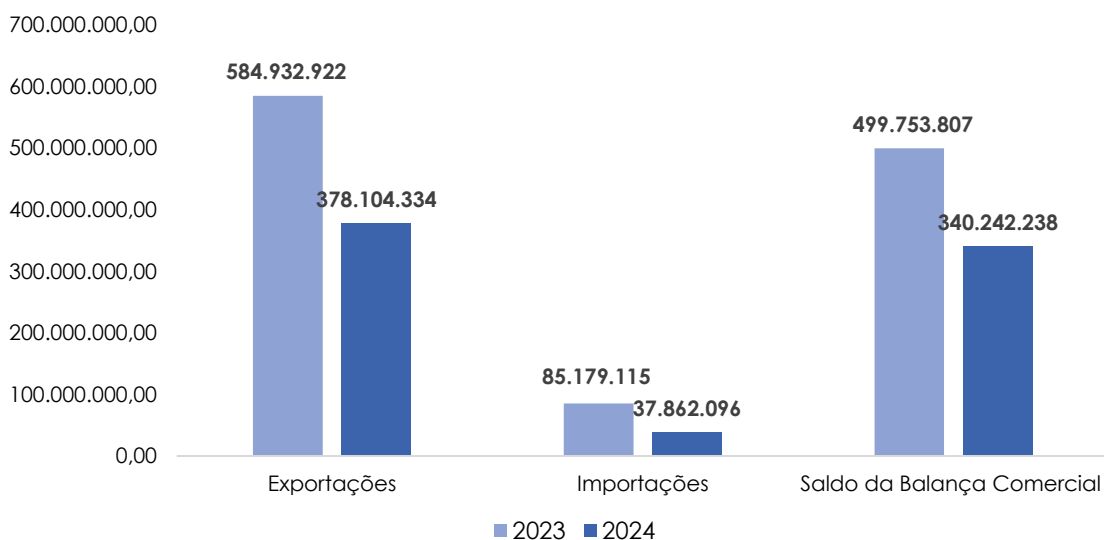
Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Em contraste, houve crescimento no Centro-Oeste (+16,17%), no Norte (+12,64%) e no Sudeste (+4,02%), enquanto o Sul registrou leve queda (-1,26%).

Quanto ao saldo da balança comercial do Piauí, o Gráfico 7 e a Tabela 27 mostram que, apesar da queda das exportações, o Estado manteve superávit, porém menor que no ano anterior. O saldo passou de US\$ 499.753.807 em 2024 para US\$ 340.242.238 em 2025 (-31,92%), resultado explicado principalmente pela forte redução das exportações (-35,36%) combinada com queda ainda maior das importações (-55,55%, de US\$ 85.179.115 para US\$ 37.862.096).

Assim, o superávit permaneceu elevado, mas em patamar inferior, refletindo a perda de fôlego do comércio externo estadual no trimestre.

Gráfico 7 – Saldo da balança comercial no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



Tabela 27 – Saldo da balança comercial no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Balança Comercial	2024	2025	Var. %
	Valor (US\$ 1,00)	Valor (US\$ 1,00)	
Exportações	584.932.922	378.104.334	-35,36
Importações	85.179.115	37.862.096	-55,55
Saldo da Balança Comercial	499.753.807	340.242.238	-31,92

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Dentre os principais produtos exportados pelo Piauí no 3º trimestre (julho a setembro), observa-se forte concentração na soja, mesmo triturada, que respondeu por 94,87% do valor FOB em 2025, acima dos 89,52% registrados em 2024 (Tabela 28).

Em seguida, aparecem milho (1,98%) e algodão, não cardado nem penteado (1,05%), além de minérios de ferro e seus concentrados (0,82%). Os demais itens apresentaram participações bastante reduzidas no período.

Tabela 28 – Principais produtos exportados e participação no mercado no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Principais Produtos Exportados	2024	2025
	Participação %	Participação %
Soja, mesmo triturada	89,52	94,87
Milho	1,35	1,98
Algodão, não cardado nem penteado	1,55	1,05
Minérios de ferro e seus concentrados	0,21	0,82
Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos	0,08	0,23
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	0,22	0,19
Mel natural	1,81	0,17
Demais Produtos	5,26	0,70
Total	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Na comparação entre 2025 e 2024, houve aumento da participação da soja em 5,35 p.p. e do milho em 0,63 p.p., bem como avanço dos minérios de ferro (+0,61 p.p.) e de ceras vegetais/ceras de abelha e outros insetos (+0,15 p.p.)

Por outro lado, verificou-se redução na participação do algodão (-0,50 p.p.), do mel natural (-1,64 p.p.), das tortas e resíduos da extração do óleo de soja (-0,03 p.p.) e, principalmente, do grupo de demais produtos (-4,56 p.p.), reforçando a maior concentração da pauta exportadora na soja em 2025.

Os principais países de destino das exportações piauienses, no 3º trimestre (julho a setembro) de 2024 e 2025, estão apresentados na Tabela 29 e no Gráfico 8. Em 2025, a China manteve-se como principal destino, com US\$ 286,1 milhões e 75,66% de



participação, apesar da queda de 25,77% no faturamento em relação a 2024; esse aumento de participação (+9,78 p.p.) decorre, sobretudo, da retração mais intensa em outros mercados.

A Tailândia ganhou relevância, elevando o faturamento para US\$ 32,6 milhões (+25,17%) e ampliando a participação para 8,62% (+4,17 p.p.). Já a Espanha apresentou forte recuo, com redução do faturamento para US\$ 21,8 milhões (-83,74%) e queda da participação de 22,92% para 5,77% (-17,15 p.p.).

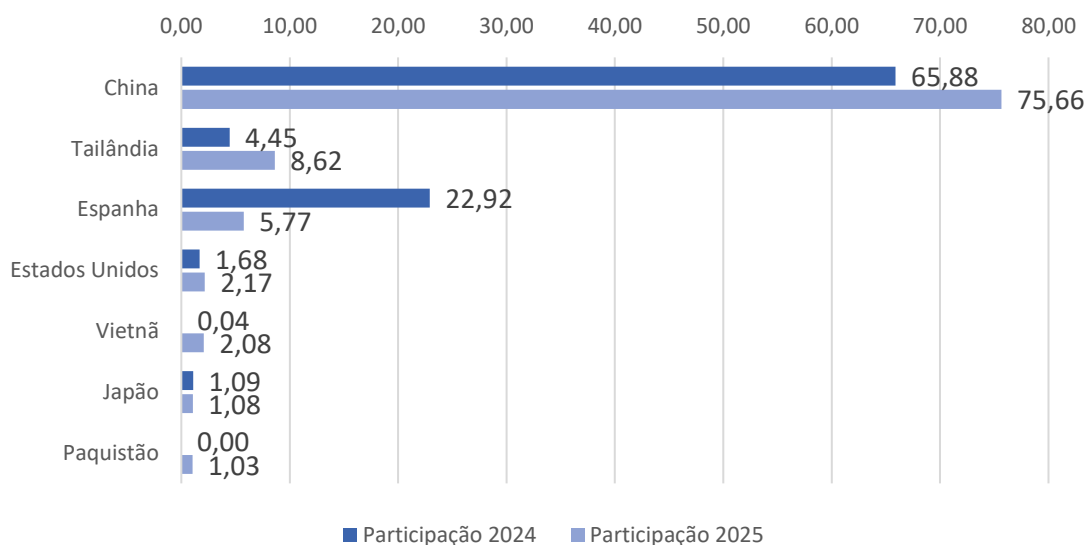
Também se destacam mudanças na composição de destinos secundários, com aumento expressivo do Vietnã (de 0,04% para 2,08%) e surgimento de mercados que não apareciam em 2024, como Paquistão, Indonésia, Arábia Saudita, Coreia do Sul e Austrália, ainda com participações pequenas.

Tabela 29 – Principais países de destino, faturamento e participação (%) no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Descrição	2024		2025		Variação (%)
	Faturamento (US\$ 1,00)	Participação	Faturamento (US\$ 1,00)	Participação	
China	385.354.471	65,88	286.063.630	75,66	-25,77
Tailândia	26.045.405	4,45	32.600.319	8,62	25,17
Espanha	134.062.212	22,92	21.804.642	5,77	-83,74
Estados Unidos	9.818.253	1,68	8.201.733	2,17	-16,46
Vietnã	233.681	0,04	7.863.197	2,08	3264,93
Japão	6.404.199	1,09	4.068.995	1,08	-36,46
Paquistão	0	0,00	3.882.299	1,03	-
Taiwan (Formosa)	1.739.963	0,30	2.876.561	0,76	65,32
Turquia	396.857	0,07	2.800.193	0,74	605,59
Reino Unido	1.145.491	0,20	1.300.437	0,34	13,53
Alemanha	2.689.761	0,46	997.915	0,26	-62,90
Portugal	3.796.345	0,65	843.611	0,22	-77,78
Países Baixos (Holanda)	757.067	0,13	718.834	0,19	-5,05
Índia	67.961	0,01	640.147	0,17	841,93
Indonésia	0	0,00	627.791	0,17	-
França	490.097	0,08	569.267	0,15	16,15
Canadá	55.281	0,01	551.791	0,15	898,16
Arábia Saudita	0	0,00	385.980	0,10	-
Coreia do Sul	0	0,00	312.159	0,08	-
Bangladesh	298.629	0,05	259.077	0,07	-13,24
Emirados Árabes Unidos	117.420	0,02	176.887	0,05	50,64
Austrália	0	0,00	130.796	0,03	-
Egito	9.620.206	1,64	55.200	0,01	-99,43
Romênia	581.685	0,10	0	0,00	-100,00
Irã	276.814	0,05	0	0,00	-100,00
Outros Países	981.124	0,17	372.873	0,10	-62,00
Total	584.932.922	100,00	378.104.334	64,64	-35,36

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 8 – Participação nas exportações (%) no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 30 evidencia que, no 3º trimestre (julho a setembro) de 2025, as exportações piauienses permaneceram fortemente direcionadas à Ásia (exclusive Oriente Médio), que somou US\$ 339.194.175 e respondeu por 89,71% do total exportado. Na sequência, a União Europeia (UE) registrou US\$ 25.045.364 (6,62%). Em conjunto, Ásia mais UE concentraram 96,33% das exportações do período, reforçando a elevada concentração geográfica da pauta externa estadual.

Tabela 30 – Principais blocos econômicos de destino do estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Principais Blocos Econômicos de Destino	2024		2025	
	Valor (US\$ 1,00)	Participação	Valor (US\$ 1,00)	Participação
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	420.252.334	71,85	339.194.175	89,71
União Europeia - UE	142.622.332	24,38	25.045.364	6,62
América do Norte	9.881.894	1,69	8.770.284	2,32
Oriente Médio	481.348	0,08	562.867	0,15
África	9.773.708	1,67	266.775	0,07
Demais Blocos	1.921.306	0,33	4.264.869	1,13
Total	584.932.922	100,00	378.104.334	100,00

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Na comparação com 2024, observa-se aumento expressivo da participação da Ásia (+17,86 p.p.), apesar da redução do valor exportado para o bloco (-19,29%). Em contrapartida, a UE apresentou forte retração, com queda do valor para US\$ 25,0



milhões (-82,44%) e redução de participação de 24,38% para 6,62% (-17,76 p.p.). Também houve leve ganho relativo da América do Norte (+0,63 p.p.), enquanto a África perdeu espaço (de 1,67% para 0,07%), acompanhando a retração do valor exportado ao bloco (-97,27%).

Quanto à origem municipal das exportações (Tabela 31), constata-se que a pauta segue concentrada nos municípios do Sul do Estado, com destaque para Uruçuí (US\$ 122.784.759) e Bom Jesus (US\$ 101.919.531), ambos associados predominantemente à exportação de soja, mesmo triturada. Juntos, esses dois municípios responderam por aproximadamente 59,43% do valor exportado no trimestre de 2025.

Em seguida, destacaram-se Santa Filomena (US\$ 23.214.190) e Monte Alegre do Piauí (US\$ 21.587.208), sendo que Monte Alegre registrou crescimento frente a 2024, aproximando-se do patamar de Santa Filomena.

Entre os movimentos relevantes, nota-se ainda a elevação de Parnaíba (US\$ 4.023.474) — associada a ceras vegetais/ceras de abelha e outros insetos — e a forte redução de Baixa Grande do Ribeiro, que recuou de US\$ 11.838.870 para US\$ 1.711.023 no período analisado.

Tabela 31 – Principais municípios exportadores, valores e produtos exportados no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Municípios	2024 (US\$ 1,00)	2025 (US\$ 1,00)	Principais Produtos Exportados
Uruçuí	201.841.439	122.784.759	Soja, mesmo triturada
Bom Jesus	157.181.288	101.919.531	Soja, mesmo triturada
Santa Filomena	32.751.742	23.214.190	Soja, mesmo triturada
Monte Alegre do Piauí	12.992.100	21.587.208	Soja, mesmo triturada
Corrente	12.413.444	7.970.859	Soja, mesmo triturada
Parnaíba	2.692.605	4.023.474	Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos
Picos	3.380.666	3.094.233	Mel natural
Baixa Grande do Ribeiro	11.838.870	1.711.023	Soja, mesmo triturada
Campo Maior	6.427.691	1.541.272	Ceras vegetais, ceras de abelha ou de outros insetos
Oeiras	1.931.601	1.377.558	Mel natural
Altos	452.226	435.101	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju
Pio IX	116.509	182.734	Granito e outras pedras de cantaria ou de construção
Simões	0	70.552	Cábreas; guindastes, incluídos os de cabos
Ribeiro Gonçalves	423.166	52.740	Soja, mesmo triturada
Castelo do Piauí	29.277	46.240	Pedras para calcetar, meios-fios e placas
Juazeiro do Piauí	8.360	38.971	Pedras de cantaria ou de construção
Teresina	24.551	24.923	Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semipreciosas
Luís Correia	12.633	14.528	Peixes congelados, exceto os filés de peixes
Pedro II	17.207	12.000	Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semipreciosas
Lagoa do Barro do Piauí	45.044	1.614	Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No campo das importações, os dados das Tabelas 32 e 33 indicam que, no 3º trimestre (julho a setembro) de 2025, o Piauí importou US\$ 37.862.096, valor 55,55% inferior ao observado no mesmo período de 2024 (US\$ 85.179.115).

Tabela 32 – Principais produtos importados, valor, participação e variação (%) no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Produtos	Código SH4	2024		2025		Variação do Valor (%)
		Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos, bobinas de reatância e de autoindução	8504	8.093.883	9,50	6.199.591	16,37	-23,40
Díodos, transistores e dispositivos semelhantes com semicondutores	8541	31.541.514	37,03	5.378.677	14,21	-82,95
Trigo e mistura de trigo com centeio	1001	3.909.242	4,59	4.686.550	12,38	19,88
Outros veículos aéreos (por exemplo: helicópteros, aviões)	8802	0	0,00	4.007.835	10,59	-
Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos	8544	70.956	0,08	3.203.519	8,46	4.414,80
Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos	7208	11.828.072	13,89	2.056.382	5,43	-82,61
Adbos (fertilizantes) minerais ou químicos, fosfatados	3103	2.748.300	3,23	1.728.758	4,57	-37,10
Partes e acessórios dos veículos das posições 8711 a 8713	8714	1.240.094	1,46	1.100.543	2,91	-11,25
Fios de cobre	7408	756.059	0,89	1.048.650	2,77	38,70
Pneumáticos novos, de borracha	4011	813.683	0,96	791.260	2,09	-2,76
Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas	9027	28.973	0,03	715.563	1,89	2.369,76
Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	2905	0	0,00	712.739	1,88	-
Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama	9022	0	0,00	641.800	1,70	-
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios	8517	197.284	0,23	357.960	0,95	81,44
Peles curtidas ou em crosta de ovinos, depiladas, mesmo divididas, mas não preparadas de outro modo	4105	1.843.059	2,16	278.129	0,73	-84,91
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	202	273.492	0,32	269.627	0,71	-1,41
Demais Produtos		21.834.504	25,63	4.684.513	12,37	-78,55
Total		85.179.115	100,00	37.862.096	100,00	-55,55

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

(*) Para os Demais Produtos, considerar os seguintes códigos - Código SH4:

3105, 8538, 8479, 8525, 2833, 7212, 8471, 8536, 4013, 4106, 8432, 8413, 2528, 9015, 7606, 8409, 8419, 2916, 2840, 8501, 703, 9506, 8543, 9031, 3002, 5503, 8412, 8545, 9021, 7326, 3822, 8441, 2903, 7904, 8414, 7604, 8431, 8407, 7318, 3923, 8452, 8427, 7307, 9029, 6815, 8481, 8528, 8531, 8537, 8453, 8542, 7009, 8482, 9026, 8511, 8425, 6601, 7315, 4202, 4112, 6813, 5602, 7616, 9018, 8533, 8523, 8529, 8516, 3926, 9508, 8484, 9032, 8418, 8526, 7304, 8539, 8507, 8532, 9401, 4203, 8301, 9023, 4009, 8483, 8503, 3402, 2844, 8306, 8535, 8466, 5703, 9505, 7016, 3917, 8708, 7325, 8421, 7321, 8480, 9030, 8521, 6307, 8512, 4016, 3919, 3920, 9405, 8505, 9025, 8506, 8302, 8443, 6910, 8515, 8807, 7013, 8711, 7320, 4010, 4201, 6805, 8487, 3921, 9404, 4819, 8203, 9403, 6303, 2710, 8205, 7308, 6306, 8423, 5603, 8311, 8206, 7419, 9001, 3924, 9603, 3918, 7322, 8211, 6404, 6505, 8214, 9002, 8518, 4911, 6115, 8716, 304, 1105, 2004, 2204, 2915, 3102, 3202, 3403, 3404, 3506, 3902, 4006, 4419, 4421, 4821, 5607, 5702, 6109, 6110, 6203, 6205, 6211, 6302, 6304, 6702, 7209, 7210, 7213, 7216, 7217, 7229, 7311, 7312, 7314, 7323, 7412, 7413, 7610, 7615, 8207, 8212, 8213, 8215, 8422, 8424, 8470, 8509, 8510, 8513, 8701, 9004, 9011, 9019, 9105, 9402, 9615, 9617

A pauta importadora manteve-se concentrada em itens industriais, elétricos e bens de capital: em 2025, os cinco principais produtos, transformadores/conversores (SH4 8504), díodos e semicondutores (8541), trigo (1001), aeronaves (8802) e fios/cabos elétricos (8544), responderam por 62,01% do total importado, e os seis primeiros itens alcançaram 67,44% (Tabela 32).

Observa-se, ainda, mudança relevante de composição: os díodos/semicondutores tiveram forte queda de valor (-82,95%), enquanto fios e cabos apresentaram crescimento expressivo (+4.414,80%) e houve entrada de aeronaves (8802), inexistentes no mesmo período de 2024.

Por blocos de origem (Tabela 33), a Ásia (exclusive Oriente Médio) permaneceu como principal fornecedora, com US\$ 21.819.903 (57,63%), embora com queda acentuada frente a 2024 (-64,96%) e redução de participação (de 73,10% para 57,63%).

A América do Norte respondeu por US\$ 5.558.233 (14,68%), o Mercosul por US\$ 4.068.348 (10,75%), praticamente estável em valor (-0,12%), e a UE por US\$ 2.104.594 (5,56%), também com retração (-58,22%). Esse padrão sugere que, apesar da queda do total importado, houve recomposição relativa das origens, com menor dependência asiática e maior peso proporcional de fornecedores regionais e de outros blocos (Tabela 33).

Tabela 33 – Origem das importações piauienses, valores, participação e variação (%) no Estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Principais Blocos Econômicos de Origem	2024		2025		Valor Variação (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	Valor (US\$ 1,00)	Participação (%)	
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	62.269.828	73,10	21.819.903	57,63	-64,96
América do Norte	8.458.355	9,93	5.558.233	14,68	-34,29
Mercado Comum do Sul - Mercosul	4.073.292	4,78	4.068.348	10,75	-0,12
União Europeia - UE	5.037.455	5,91	2.104.594	5,56	-58,22
Demais Blocos	5.340.185	6,27	4.311.018	11,39	-19,27
Total	85.179.115	100,00	37.862.096	100,00	-55,55

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Os principais países de origem das importações piauienses no 3º trimestre (julho a setembro) de 2024 e 2025 estão apresentados na Tabela 34. Em 2025, a China manteve-se como o principal fornecedor externo do Estado, totalizando US\$ 20.759.804 e 54,83% de participação.



Apesar da liderança, houve redução expressiva frente ao mesmo período de 2024, quando as compras oriundas do país somaram US\$ 61.008.259 (71,62%), resultando em variação de 65,97% e queda de 16,79 p.p. na participação, indicando maior diversificação relativa das origens.

Tabela 34 – Principais países de origem das importações no estado do Piauí em 2024 e 2025 (julho a setembro)

Descrição	2024		2025		Variação (%)
	Valor (US\$ 1,00)	Participação	Valor (US\$ 1,00)	Participação	
China	61.008.259	71,62	20.759.804	54,83	-65,97
Estados Unidos	7.918.208	9,30	4.868.100	12,86	-38,52
Argentina	1.083.292	1,27	4.068.348	10,75	275,55
Egito	2.932.436	3,44	1.728.758	4,57	-41,05
Peru	756.059	0,89	1.048.650	2,77	38,70
México	540.147	0,63	686.942	1,81	27,18
Trinidad e Tobago	0	0,00	574.917	1,52	-
Espanha	1.025.080	1,20	473.775	1,25	-53,78
Áustria	252.627	0,30	391.042	1,03	54,79
Alemanha	1.136.111	1,33	376.315	0,99	-66,88
Japão	6.312	0,01	286.487	0,76	4.438,77
Austrália	273.492	0,32	269.627	0,71	-1,41
Polônia	176.452	0,21	268.575	0,71	52,21
Reino Unido	84.100	0,10	214.810	0,57	155,42
Paquistão	109.887	0,13	176.814	0,47	60,91
Outros Países	7.876.653	9,25	1.669.132	4,41	-78,81
Total	85.179.115	100,00	37.862.096	100,00	-55,55

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Na sequência, os Estados Unidos aparecem como segundo principal parceiro, com US\$ 4.868.100 e 12,86% de participação em 2025, também com retração interanual (-38,52%). O principal destaque positivo do período foi a Argentina, cujas importações avançaram de US\$ 1.083.292 para US\$ 4.068.348, registrando crescimento de 275,55% e elevando sua participação para 10,75%, o que a posiciona entre os principais fornecedores do trimestre.

Considerando os três maiores países (China, EUA e Argentina), observa-se que eles concentraram 78,43% do total importado em 2025, evidenciando ainda um grau elevado de concentração, embora menor do que o observado em 2024.

Entre os demais países, destacam-se aumentos relevantes como Japão (+4.438,77%), alcançando US\$ 286.487), Reino Unido (+155,42%), Áustria (+54,79%), Polônia



(+52,21%), Paquistão (+60,91%), além de Peru (+38,70%) e México (+27,18%). Em 2025, também houve entrada de Trinidad e Tobago (US\$ 574.917; 1,52%), inexistente no mesmo período de 2024.

Por outro lado, além da queda da China e dos Estados Unidos, registraram-se reduções importantes em parceiros como Alemanha (-66,88%), Espanha (-53,78%) e Egito (-41,05%). O grupo de outros países também recuou de forma significativa (-78,81%), reduzindo a participação de 9,25% para 4,41%.



5 PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é um sistema público de proteção social e tem como objetivo garantir renda e meios indispensáveis de manutenção ao trabalhador segurado e seus familiares na ocasião de sua aposentadoria, bem como protegê-los contra riscos econômicos decorrentes de problemas relacionados à saúde, incapacidades e de outras situações que impeçam o trabalho do profissional.

O resultado dessa cobertura lança uma importante avaliação sobre como a população idosa e/ou o trabalhador acometido por fatores incapacitantes vivem, uma vez que esse sistema de seguro tem um relevante impacto na renda domiciliar e no consumo das famílias de seus beneficiários.

O quadro instituído pela Previdência Social no Piauí, relativo ao número de aposentados e pensionistas até o final do terceiro trimestre de 2025, encontra-se na Tabela 35, que também traz um comparativo ao quadro existente durante o mesmo período de 2024.

O número de beneficiários da Previdência Social no Piauí manteve trajetória de crescimento moderado entre janeiro e setembro de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024. As variações anuais na quantidade de beneficiários oscilaram entre cerca de 2,3% e 4,1% a depender do mês, indicando ampliação gradual do público atendido. Em setembro de 2025, o estoque de beneficiários alcançou 780.256 mil pessoas, acima dos 762.455 mil registrados em setembro de 2024, o que reforça a importância crescente da renda previdenciária na sustentação do consumo, sobretudo em um Estado com forte participação de aposentadorias e pensões na renda domiciliar.



Tabela 35 – Beneficiários da Previdência Social no Piauí em 2024-2025 (janeiro a setembro)

Meses	Quantidade		Variação %	Valor R\$		Variação %
	2024	2025		2024	2025	
Janeiro	735.845	766.230	4,13	983.204.100	1.086.744.330	10,53
Fevereiro	738.621	764.173	3,46	984.294.838	1.079.426.226	9,66
Março	742.846	763.302	2,75	989.066.393	1.078.517.597	9,04
1TRI	-	-	-	2.956.565.331,00	3.244.688.153,00	9,75
Abril	746.382	765.251	2,53	1.477.489.042,82	1.609.937.553	8,96
Mai	751.089	768.697	2,34	1.481.981.792,19	1.637.961.063	10,53
Junho	756.030	773.925	2,37	1.003.467.990,47	1.103.024.414	9,92
2TRI	-	-	-	3.962.938.825,48	4.350.923.030,00	9,79
Julho	759.062	778.336	2,54	1.006.866.531,64	1.107.626.802	10,01
Agosto	760.705	781.974	2,80	1.007.697.247,06	1.112.146.149	10,37
Setembro	762.455	780.256	2,33	1.007.744.252,39	1.109.358.676	10,08
3TRI	-	-	-	3.022.308.031,09	3.329.131.627,42	10,15
Total	-	-	-	9.941.812.187,57	10.924.742.810,42	9,89

Fonte: INSS – Serviço de Benefícios (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

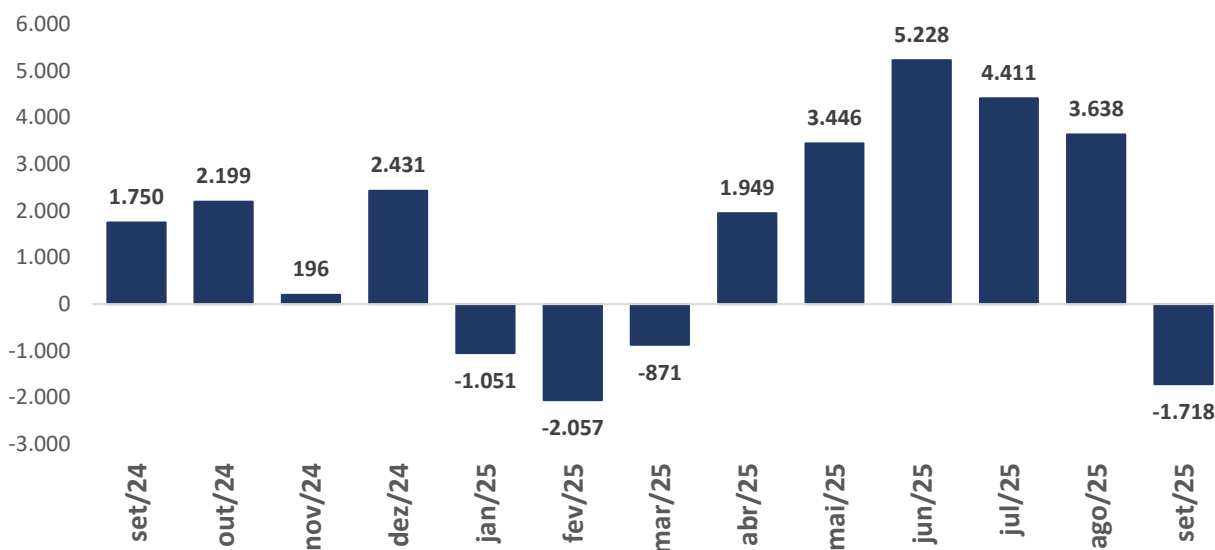
Obs.: Dados acumulados mês a mês em termos de quantidade.

Do ponto de vista financeiro, o aumento é ainda mais expressivo. O valor total pago em benefícios no período acumulado de janeiro a setembro passou de R\$ 9,94 bilhões em 2024 para R\$ 10,92 bilhões em 2025, variação nominal de 9,89%. Em todos os trimestres analisados, o montante desembolsado pelo INSS cresceu em torno de 9,7% a 10,15% na comparação interanual, evidenciando expansão consistente da massa de rendimentos previdenciários. Esse comportamento decorre tanto do crescimento do número de beneficiários quanto dos reajustes nos valores dos benefícios, resultando em maior injeção de recursos na economia local.

O Gráfico 10, ao acompanhar a quantidade mensal de benefícios concedidos entre setembro de 2024 e setembro de 2025, permite visualizar a dinâmica mais imediata do fluxo de entrada de novos beneficiários no sistema. Observa-se que a quantidade mensal de benefícios concedidos entre setembro de 2024 e setembro de 2025 apresenta forte oscilação, com alternância entre saldos positivos e negativos.

No fim de 2024, o movimento é predominantemente de expansão: setembro registra 1.750 benefícios, outubro sobe para 2.199, há um recuo expressivo em novembro (196), e dezembro encerra o ano com novo avanço, alcançando 2.431 benefícios. Esse comportamento indica que, apesar de oscilações pontuais, o período ainda foi marcado por resultados líquidos positivos na concessão.

Gráfico 10 – Quantidade mensal de benefícios concedidos de setembro de 2024 a setembro de 2025 no Piauí



Fonte: INSS – Serviço de Benefícios (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No início de 2025, contudo, observa-se uma reversão temporária dessa trajetória. Os meses de janeiro (-1.051), fevereiro (-2.057) e março (-871) registram saldos negativos, com destaque para fevereiro, que apresenta o maior recuo do período. Esse movimento sugere um ajuste mais forte no sistema previdenciário, possivelmente associado a revisões, cessação de benefícios e/ou mudanças administrativas que reduziram o número líquido de concessões no primeiro trimestre do ano.

A partir de abril de 2025, verifica-se retomada consistente do fluxo de concessões. Abril registra saldo positivo de 1.949 benefícios, que é seguido por forte aceleração em maio (3.446) e, especialmente, em junho, quando ocorre o pico da série, com 5.228 benefícios. Em julho (4.411) e agosto (3.638), os saldos permanecem elevados, embora abaixo do pico de junho, reforçando um período de forte expansão. Já em setembro de 2025, há nova inflexão, com saldo negativo de 1.718 benefícios, sugerindo novo ajuste após meses de crescimento intenso. Em conjunto, os dados evidenciam que a Previdência continua expandindo sua presença no Estado, mas com oscilações significativas na dinâmica mensal de concessões, o que pode refletir tanto questões administrativas quanto fatores sazonais.



6 EMPREGO FORMAL

Os dados sobre o emprego formal no Piauí representam a realidade de contratações e desligamentos nos estoques de emprego dos principais setores da atividade econômica no Estado. Além de permitir um reconhecimento do emprego com todas as garantias trabalhistas, este segmento permite uma indicação de utilização de trabalhadores na produção de bens e prestação de serviços, evidenciando o grau de absorção e de demanda dos setores e de atividades da economia estadual.

A base de estudo é o Novo Caged, sistema que concentra um amplo volume de registros alimentados pelas empresas empregadoras e por empregados. Esta base de dados é formada pelas estatísticas do emprego formal por meio de informações captadas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), por dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e pelo Empregador Web.

No 3º trimestre de 2025, o Piauí registrou saldo positivo de 8.194 postos de trabalho formais (Tabela 36), resultado de 44.345 admissões e 36.151 desligamentos. Esse desempenho dá continuidade ao movimento de expansão do emprego observado desde julho de 2020.

Em comparação ao mesmo trimestre de 2024, o saldo de vagas cresceu 65,77%, com destaque para os setores de Serviços (4.010 vagas) e Comércio (1.934 vagas), que reforçam sua centralidade na geração de ocupações no Estado. A Construção Civil também apresentou avanço expressivo (1.183 vagas), enquanto a Indústria (973 vagas) e a Agropecuária (95 vagas) mantiveram participação positiva, embora em menor magnitude relativa.

Tabela 36 – Saldo de empregos formais no Piauí em 2024-2025 (julho a setembro)

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)					Total
	Agropecuária	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	
2024						
Julho	272	543	466	281	168	1.730
Agosto	-19	281	209	887	817	2.175
Setembro	-80	239	-209	571	517	1.038
Total	173	1.063	466	1.739	1.502	4.943
2025						
Julho	212	386	669	519	1.334	3.119*
Agosto	33	215	337	800	1.286	2.671
Setembro	-150	372	177	615	1,390	2.404
Total	95	973	1.183	1.934	4.010	8.194

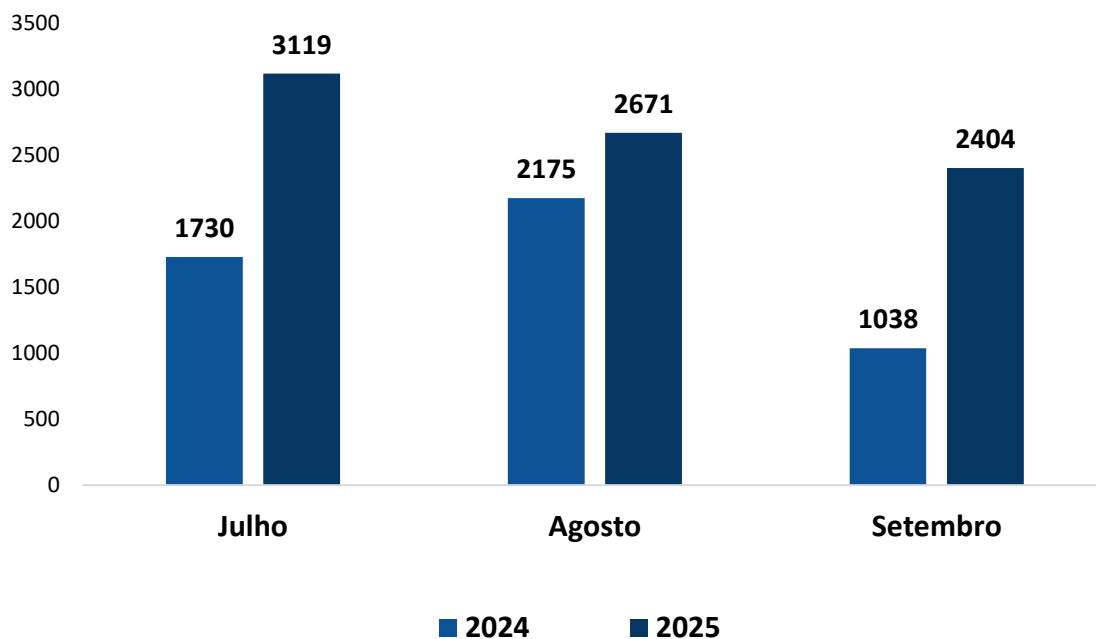
Fonte: Novo Caged – SEPR/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

(*) Valor inclui um desligamento não identificado.

A representação do quadro mensal de postos de trabalhos formais para o 3º trimestre de 2025 e para o mesmo período de 2024 está evidenciada no Gráfico 11, a seguir.

A análise mensal mostra que em 2025 houve uma aceleração em todos os meses do 3º trimestre. Foram criados 3.119, 2.671 e 2.404 postos de trabalho nos meses de julho, agosto e setembro respectivamente, todos superiores aos valores do mesmo trimestre em 2024 (1.730, 2.175 e 1.038).

Gráfico 11- Evolução mensal do emprego no Piauí em 2024-2025 (julho a setembro)



Fonte: Novo Caged – SEPR/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Nota: Incluem-se todos os setores.

Portanto, a comparação entre os anos revela um cenário de fortalecimento do mercado de trabalho formal em 2025.

6.1 Evolução do Emprego Formal por Setores de Atividades Econômicas

Com base na Tabela 37, é possível detalhar a dinâmica do emprego formal no Piauí no 3º trimestre de 2025, observando o desempenho por grupamento econômico. O trimestre foi marcado por uma expansão consistente do emprego formal no Piauí, com destaque para os Serviços, o Comércio e a Construção Civil, que juntos responderam por 87% do saldo positivo.

Os Serviços lideraram a geração de vagas, com 4.010 novos postos, resultado especialmente puxado pelos segmentos de Informação, comunicação e atividades financeiras (1.962 vagas), Administração pública, educação e saúde humana (1.022 vagas) e Alojamento e alimentação (438 vagas). Essa diversidade evidencia a importância estrutural dos serviços na absorção de mão de obra, tanto em setores de intensidade tecnológica quanto em atividades ligadas ao turismo e consumo local.

Tabela 37 – Saldo de admissões e desligamentos por grupamentos – 2025 (julho a setembro)

Grupamento		3º Trimestre			Total(*)
		Jul.	Ago.	Set.	
1	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	212	33	-150	95
2	Indústria geral	386	215	372	973
2.1	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-65	76	295	306
2.2	Indústria de transformação	439	135	70	644
2.3	Outros	12	4	7	23
3	Construção	669	337	177	1.183
4	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	519	800	615	1.934
5	Serviços	1.334	1.286	1.390	4.010
5.1	Transporte, armazenamento e correio	8	88	73	169
5.2	Alojamento e alimentação	128	166	144	438
5.3	Informação, comunicação e atividades financeiras	846	457	659	1.962
5.4	Administração pública, educação e saúde humana	222	486	314	1.022
5.6	Outros serviços	130	89	200	419
Total		3.119	2.671	2.404	8.194

Fonte: Novo Caged – SEPR/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

(*) Incluem-se todos os setores.

O setor comercial também apresentou desempenho relevante, refletindo aquecimento no consumo e maior demanda, com 1.934 postos reforçando a capacidade do setor em



dinamizar o mercado de trabalho. A Construção registrou um saldo expressivo de 1.183 empregos, confirmando sua relevância como um dos motores da atividade econômica e sensível a investimentos em obras públicas e privadas.

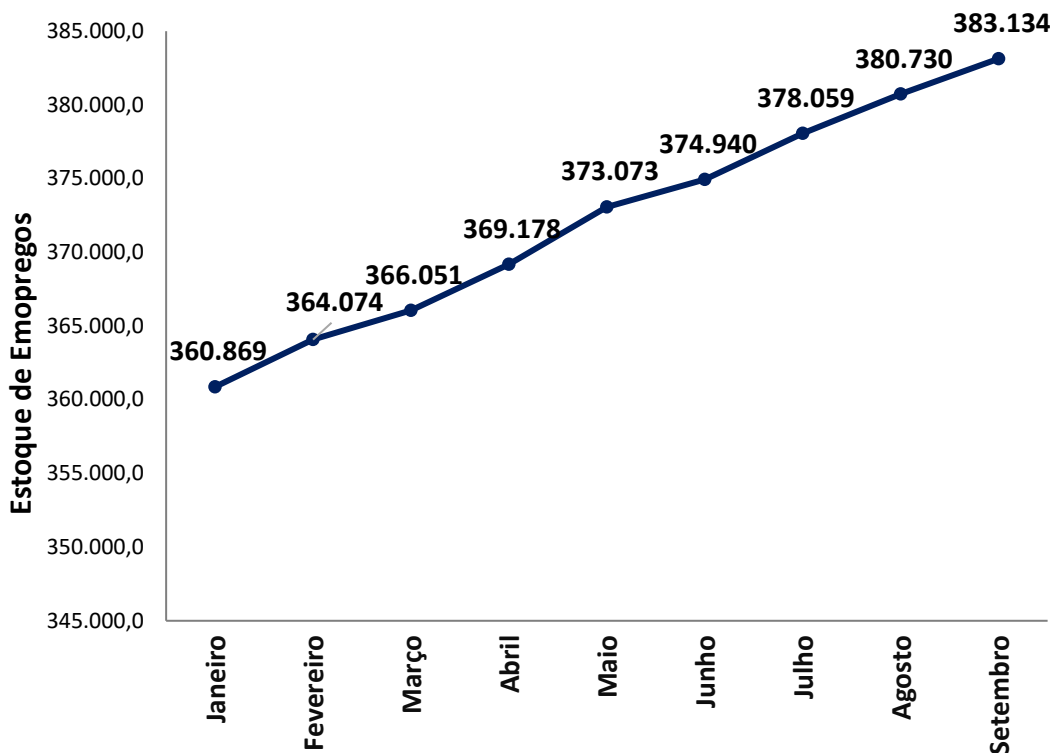
Já a atividade industrial obteve 973 vagas, com crescimento consistente ao longo do trimestre, puxado principalmente pela Indústria de transformação. Por outro lado, o grupamento da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou saldo positivo no consolidado (95 postos), mas com comportamento oscilante: resultado positivo em julho (212) e em agosto (33) e queda em setembro (-150). Esse padrão sugere forte influência da sazonalidade agrícola.

6.2 Trajetória do Estoque ao Longo de 2025

Em paralelo à informação de alteração mensal do mercado de trabalho formal, faz-se necessário analisar a trajetória do estoque de empregos no Piauí. Conforme os dados presentes no Gráfico 12, no 3º trimestre de 2025, o estoque de empregos formais no Piauí apresentou trajetória de crescimento contínuo, iniciando o ano com 360.869 postos em janeiro e alcançando 383.134 em setembro.

Esse movimento corresponde a uma expansão líquida de 22.265 vagas no período, o que representa aumento de 6,17% sobre a base inicial. O avanço ocorreu de forma gradual nos primeiros meses, passando para 364.074 em fevereiro e 366.051 em março, mas ganhou maior intensidade a partir de julho, quando o estoque atingiu 378.059 postos. Em agosto e setembro, o ritmo de crescimento se manteve firme, chegando a 380.730 e 383.134 empregos, respectivamente.

Gráfico 12 – Evolução mensal do estoque de empregos no Piauí – 2025 (janeiro a setembro)



Fonte: Novo Caged – SEPR/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O resultado evidencia um mercado de trabalho formal em trajetória positiva e sustentada, reflexo de maior dinamismo da economia estadual e do fortalecimento das contratações em setores-chave, indicando boas perspectivas para o restante do ano.

6.3 Evolução do Emprego nos Municípios mais populosos

Entre julho e setembro de 2025, os 15 maiores municípios do Piauí registraram saldo líquido de 7.293 empregos formais (Tabela 38), resultado 3.403 vagas superior ao observado no mesmo período de 2024 (3.890). Isso corresponde a um avanço de 87,48% na criação de postos, com comportamento desigual entre os municípios. Em termos gerais, o trimestre aponta para um mercado de trabalho formal mais aquecido, com crescimento concentrado em Teresina e apoiado por importantes ganhos em cidades de porte médio.

Em Teresina, principal polo de emprego do Estado, o saldo atingiu 5.048 postos em 2025, frente a 2.575 em 2024, acréscimo de 2.473 vagas. A capital respondeu pela maior

parte do resultado agregado dos 15 municípios, reforçando seu papel central na dinâmica do mercado de trabalho piauiense.

Tabela 38 – Empregos formais dos 15 maiores municípios do Piauí em 2024-2025 (acumulado julho a setembro)

Municípios	2024			2025			Diferença no saldo (2024-2025)
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	
Altos	330	334	-4	552	357	195	199
Barras	157	129	28	132	117	15	-13
Campo Maior	435	276	159	479	284	195	36
Esperantina	182	146	36	189	201	-12	-48
Floriano	1057	816	241	1.078	1087	-9	-250
José de Freitas	174	121	53	204	132	72	19
Miguel Alves	44	36	8	65	36	29	21
Oeiras	317	346	-29	449	283	166	195
Parnaíba	2.170	2.048	122	2.386	1.909	477	355
Pedro II	128	122	6	217	112	105	99
Picos	1.254	960	294	1.651	1.195	456	162
Piripiri	585	814	-229	714	577	137	366
São Raimundo Nonato	410	310	100	516	460	56	-44
Teresina	23.351	20.776	2.575	26.651	21.603	5.048	2.473
União	838	308	530	682	319	363	-167
Total	31.432	27.542	3.890	35.965	28.672	7.293	3.403

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Entre os municípios de porte médio, alguns avanços foram particularmente expressivos. Parnaíba elevou seu saldo de 122 para 477 empregos, um ganho de 355 vagas. Piripiri promoveu uma forte reversão, saindo de saldo negativo em 2024 (-229) para 137 empregos em 2025, virada de 366 postos. Oeiras também deixou o terreno negativo (-29) e encerrou o período com 166 vagas, acréscimo de 195 postos. Altos seguiu trajetória semelhante, passando de -4 para 195 empregos, aumento de 199 vagas. Picos ampliou de 294 para 456 empregos (+162), enquanto Pedro II (de 6 para 105, +99), Campo Maior (de 159 para 195, +36) e Miguel Alves (de 8 para 29, +21) também registraram saldos positivos mais robustos.

Por outro lado, algumas localidades apresentaram retração, evidenciando a heterogeneidade territorial da geração de empregos. Barras reduziu seu saldo de 28 para 15 vagas (-13), São Raimundo Nonato de 100 para 56 (-44) e Esperantina passou de 36 para -12 empregos (-48). As quedas mais acentuadas ocorreram em União, cujo saldo recuou de 530 para 363 vagas (-167) e, em Floriano, que saiu de 241 empregos em 2024 para -9 em 2025 (-250). Esse quadro reforça a necessidade de políticas que consolidem



a expansão em áreas emergentes e ofereçam suporte específico a municípios que ainda enfrentam dificuldades para manter ou ampliar o nível de emprego formal.

6.4 Situação do Brasil, Nordeste e demais Regiões do País no Contexto Geográfico

No 3º trimestre de 2025, o Brasil registrou saldo líquido de 498,3 mil empregos formais (Tabela 39), número inferior ao resultado de 2024, quando haviam sido gerados 682,8 mil postos, o que representa uma retração de 27,02%. O desempenho nacional foi marcado por contrastes regionais, com retrações significativas em 4 das 5 regiões do país. Apenas a região Centro-Oeste obteve um desempenho positivo em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Centro-Oeste foi o grande destaque positivo, ampliando o saldo de 45.187 mil para 47.785 mil empregos, um crescimento de 5,75%. Nesse contexto, merecem menção especial Mato Grosso do Sul, que ampliou sua criação de vagas (de 5 mil para 7 mil, alta de 43,37%), e Mato Grosso, que passou de 11 mil para 16 mil postos (+41,95%). Goiás apresentou crescimento moderado, de 15,4 mil para 15,9 mil empregos (+3,37%), enquanto o Distrito Federal apresentou queda de 13,3 mil para 8,5 mil (-36,53%).

O Nordeste apresentou retração de 13,29%, com saldo caindo de 195.278 mil para 169.328 mil postos. O pior resultado foi da Bahia que reduziu suas vagas líquidas de 42,1 mil para 32,3 mil, queda de 23,3%. O Rio Grande do Norte também apresentou queda na geração de empregos passando de 18,5 mil para 11,8 mil, queda de 36,29%. Em contraste, o Piauí apresentou o melhor desempenho da região Nordeste, com crescimento de 65,77% no saldo de empregos, saltando de 4.943 mil para 8.194 mil em 2025.

O Sudeste, região de maior peso no mercado de trabalho, reduziu em 29,99% o saldo de empregos, passando de 279.932 mil para 195.972 mil. O principal recuo veio de São Paulo, que caiu de 182,7 mil para 136,9 mil postos (-23,94%). Minas Gerais também teve retração de 60,26%, enquanto Espírito Santo e Rio de Janeiro também registraram quedas, de 67,18% e 20,54%, respectivamente.

O Sul apresentou desempenho negativo, com retração de 56,47% no saldo de empregos, passando de 104.309 mil para 45.403 mil postos. O resultado foi condicionado pelo Rio



Grande do Sul, que apresentou retração de 88,88% passando de 27.143 mil vagas em 2024 para apenas 3.062 mil em 2025. Paraná e Santa Catarina também apresentaram queda na geração de empregos, com desempenhos de -36,46% e -55,25%, respectivamente.

Já o Norte apresentou queda de 14,23%, com saldo passando de 46.527 mil para 39.906 mil postos. O destaque negativo foi Amazonas, que obteve desempenho de -42,37% na geração de empregos, caindo de 13,3 mil para 7,7 mil. Roraima também retraiu o saldo de empregos (-87,83%), enquanto Pará (+10,55%) e Tocantins (+15,20%) tiveram resultados positivos.

Tabela 39 – Quantidade líquida de empregos gerados no Brasil/Unidades Federativas/Grandes Regiões em 2024-2025 (acumulado julho a setembro)

Nível Geográfico	Acumulado no 3º TRI 2024			Acumulado no 3º TRI 2025			Diferença % no saldo (2024-2025)
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo	
Brasil	6.646.939	5.964.150	682.789	6.816.127	6.317.807	498.320	-27,02%
Nordeste	965.606	770.328	195.278	1.016.900	847.572	169.328	-13,29%
Piauí	38.881	33.938	4.943	44.345	36.151	8.194	65,77%
Ceará	169.759	146.367	23.392	185.329	159.939	25.390	8,54%
Paraíba	67.195	49.884	17.311	75.496	58.220	17.276	-0,20%
Maranhão	70.832	60.735	10.097	75.751	65.783	9.968	-1,28%
Sergipe	38.471	28.691	9.780	42.350	33.891	8.459	-13,51%
Pernambuco	182.460	138.116	44.344	192.455	156.538	35.917	-19,00%
Alagoas	67.976	43.228	24.748	64.130	44.127	20.003	-19,17%
Bahia	260.154	218.015	42.139	267.331	235.012	32.319	-23,30%
Rio Grande do Norte	69.878	51.354	18.524	69.713	57.911	11.802	-36,29%
Norte	328.917	282.390	46.527	344.379	304.473	39.906	-14,23%
Tocantins	34.292	31.739	2.553	36.969	34.028	2.941	15,20%
Pará	129.674	110.917	18.757	140.445	119.710	20.735	10,55%
Acre	14.167	12.082	2.085	14.184	12.293	1.891	-9,30%
Rondônia	44.453	40.115	4.338	45.702	41.850	3.852	-11,20%
Amapá	13.982	10.582	3.400	13.817	11.279	2.538	-25,35%
Amazonas	79.493	66.129	13.364	80.467	72.765	7.702	-42,37%
Roraima	12.856	10.826	2.030	12.795	12.548	247	-87,83%
Sudeste	3.369.510	3.089.578	279.932	3.459.222	3.263.250	195.972	-29,99%
Rio de Janeiro	436.241	388.741	47.500	445.718	407.973	37.745	-20,54%
São Paulo	2.070.411	1.887.669	182.742	2.148.798	2.009.812	138.986	-23,94%
Minas Gerais	718.143	675.783	42.360	718.026	701.191	16.835	-60,26%
Espírito Santo	144.715	137.385	7.330	146.680	144.274	2.406	-67,18%
Sul	1.325.860	1.221.551	104.309	1.329.641	1.284.238	45.403	-56,47%
Paraná	512.983	470.477	42.506	518.265	491.255	27.010	-36,46%
Santa Catarina	424.977	390.717	34.260	423.131	407.800	15.331	-55,25%
Rio Grande do Sul	387.900	360.357	27.543	388.245	385.183	3.062	-88,88%
Centro-Oeste	636.426	591.239	45.187	665.311	617.526	47.785	5,75%
Mato Grosso do Sul	103.208	98.204	5.004	107.245	100.071	7.174	43,37%
Mato Grosso	166.079	154.678	11.401	175.681	159.497	16.184	41,95%
Goiás	248.032	232.594	15.438	259.416	243.458	15.958	3,37%
Distrito Federal	119.107	105.763	13.344	122.969	114.500	8.469	-36,53%
Não identificado	20.620	9.064	11.556	674	748	-74	-100,64%

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

De modo geral, o resultado nacional do 3º trimestre de 2025 revela um mercado de trabalho em expansão, porém em ritmo menos intenso do que no ano anterior. O crescimento no Centro-Oeste e a queda nas demais regiões evidencia um cenário heterogêneo e dependente das dinâmicas regionais. O caso do Piauí insere-se entre os

destaques positivos, com crescimento acima da média nacional, reforçando a tendência de fortalecimento do emprego formal na região.

6.5 Taxa de Desocupação

A taxa de desocupação, também conhecida como taxa de desemprego, é um indicador econômico que mede a proporção da força de trabalho que está desempregada e procurando trabalho em relação à força de trabalho total. Representa, assim, a porcentagem da população economicamente ativa que não está trabalhando e está disponível para trabalhar.

Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que a taxa de desocupação (Tabela 40) apresentou trajetória de queda no Brasil e no Nordeste entre o 3º trimestre de 2024 e de 2025.

Tabela 40 – Taxa de desocupação (%) no Brasil/Piauí/Nordeste no 3º trimestre 2024-2025

Unidade Federativa	Taxa de Desocupação (%)	
	3º TRI 2024	3º TRI 2025
Pernambuco	10,6	10
Bahia	9,7	8,5
Piauí	8	7,5
Rio Grande do Norte	8,9	7,5
Sergipe	8,4	7,7
Alagoas	7,8	7,7
Paraíba	7,8	7
Maranhão	7,6	6,1
Ceará	6,7	6,4
Nordeste	8,7	7,8
Brasil	6,4	5,6

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No país, a taxa passou de 6,4% para 5,6%, sinalizando melhora consistente do mercado de trabalho. No Nordeste, a redução foi de 8,7% para 7,8%, embora ainda mantendo a região com um dos patamares mais elevados do país. No caso do Piauí, houve retração de 8,0% para 7,5%, acompanhando tanto o padrão nacional quanto regional, o que indica que o Estado está conseguindo absorver força de trabalho no período.

A Tabela 41 demonstra a síntese da população ocupada para o Piauí, Nordeste e Brasil, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior de acordo com a PNAD Contínua. Ao



final do mês de setembro de 2025, 1,372 milhão de pessoas estavam incorporadas no mercado de trabalho no Piauí, o que corresponde a um aumento de 0,81 p.p. no 3º trimestre de 2025 em relação ao cenário apresentado em 2024.

O Nordeste, por sua vez, avançou de 22,9 milhões para 23,3 milhões de pessoas ocupadas (+1,83%), enquanto o Brasil cresceu de 101 milhões para 102,4 milhões (+1,36%). Ou seja, o Piauí seguiu no mesmo sentido do país e da região que apresentaram expansão da ocupação, o que ajuda a explicar a redução da sua taxa de desocupação observada na tabela anterior.

Tabela 41 – População ocupada (mil pessoas) no Piauí/Nordeste/Brasil em 2024-2025 (acumulado julho a setembro)

Unidade Federativa	População Ocupada (mil pessoas)		Var. (%)
	3º TRI 2024	3º TRI 2025	
Piauí	1.361	1.372	0,81
Nordeste	22.900	23.319	1,83
Brasil	101.058	102.433	1,36

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise detalhada da estrutura da ocupação no Piauí mostra dinâmicas diferenciadas (Tabela 42). O setor privado com carteira assinada cresceu de 268 mil para 279 mil postos (+4,10%), refletindo formalização no mercado de trabalho. Em contrapartida, o setor privado sem carteira caiu de 274 mil para 253 mil (-7,66%), e o trabalhador doméstico também recuou (-8,74%), sinalizando retração do emprego mais precário.

O setor público apresentou elevação de 255 mil para 266 mil postos (+4,31%), e os empregadores também aumentaram sua participação (+3,28%). Outro destaque foi o trabalhador familiar auxiliar, que caiu de 37 mil para 23 mil pessoas (-37,84%), evidenciando encolhimento da ocupação em atividades de subsistência. No agregado, a população ocupada total subiu de 1.361 mil para 1.372 mil pessoas (+0,81%).



Tabela 42 – População ocupada por posição na ocupação (mil pessoas) no Piauí em 2024-2025 (acumulado julho a setembro)

Posição na Ocupação	3º TRI 2024	Part. (%)	3º TRI 2025	Part. (%)	Varição (%)
Setor privado c/ carteira	268	19,69	279	20,34	4,10
Setor privado s/ carteira	274	20,13	253	18,44	-7,66
Trabalhador doméstico	103	7,57	94	6,85	-8,74
Setor público	255	18,74	266	19,39	4,31
Empregador	61	4,48	63	4,59	3,28
Conta própria	363	26,67	394	28,72	8,54
Trabalhador familiar auxiliar	37	2,72	23	1,68	-37,84
Total	1.361	100	1.372	100	0,81

Fonte: PNAD Contínua – IBGE (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

De forma integrada, as Tabelas 40, 41 e 42 revelam um quadro positivo para o mercado de trabalho no Piauí no 3º trimestre de 2025. O Piauí apresentou uma trajetória alinhada ao movimento observado no Brasil e no Nordeste. No período analisado, tanto o país quanto a região registraram elevação dos níveis de ocupação e redução das taxas de desocupação, refletindo um mercado de trabalho mais dinâmico.

O movimento reflete não apenas a retração em posições mais vulneráveis, como trabalho sem carteira e trabalhador familiar auxiliar, mas também recuos no setor privado sem carteira, no emprego doméstico e no trabalhador familiar auxiliar. Por outro lado, houve melhora no segmento formal privado, que aumentou o número de trabalhadores com carteira assinada, indicando que, além do aumento do volume total de ocupados, as vagas se concentraram em postos de maior qualidade e formalização. Esse cenário sugere uma reestruturação do mercado de trabalho piauiense, marcada por ganhos em formalidade, e acompanhada de aumento líquido de postos de trabalho, o que resultou na redução da taxa de desocupação.



7 CRÉDITO

A Tabela 43 apresenta a análise do crédito concedido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) no 3º trimestre de 2025, evidenciando dinâmicas distintas entre Brasil, Nordeste e Piauí, tanto no volume da carteira quanto na inadimplência. De forma geral, observa-se expansão do saldo de crédito no Brasil e no Piauí, enquanto o Nordeste registrou retração no período, com recomposição parcial via recursos direcionados. Em paralelo, a inadimplência permaneceu sob pressão, especialmente nas carteiras de pessoa física (PF) e nos recursos livres, sugerindo um ambiente de maior cautela na oferta e na demanda por crédito.

No Brasil, o saldo total do crédito avançou 4,92% no 3º trimestre de 2025, passando de R\$ 18,445 trilhões (2º TRI/25) para R\$ 19,352 trilhões (3º TRI/25). O crescimento foi sustentado principalmente pela carteira de pessoa física, que aumentou 6,69%, enquanto a carteira de pessoa jurídica (PJ) teve alta mais moderada (+2,01%). Por tipo de recurso, os recursos livres ficaram praticamente estáveis (+0,82%), ao passo que os recursos direcionados cresceram de forma mais intensa (+12,63%), com destaque para PF (+16,34%) e também para PJ (+4,39%).

A inadimplência média total subiu de 3,84% para 4,02% (+4,61%), com aumento relevante nas inadimplências associadas aos recursos livres, tanto em PF (6,91%) quanto em PJ (3,55%), e elevação também nos direcionados, ainda que em níveis baixos para PJ (0,41%) e moderados para PF (1,99%).

No Nordeste, o comportamento foi de retração do crédito no trimestre: o saldo total caiu 2,97%, de R\$ 2,57 trilhões (2º TRI/25) para R\$ 2,50 trilhões (3º TRI/25). A redução concentrou-se na carteira de pessoa jurídica (-8,01%), enquanto a carteira de pessoa física recuou levemente (-0,72%). Por modalidade, os recursos livres tiveram queda expressiva (-7,09%), tanto em PF (-6,63%) quanto em PJ (-8,19%). Em contrapartida, os recursos direcionados cresceram 7,00%, impulsionados pela carteira de PF (+14,19%), apesar da retração em PJ (-7,63%).

A inadimplência média total aumentou de 4,87% para 5,00% (+2,67%), permanecendo acima da média nacional, com pressão mais forte nos recursos livres (PF em 7,08% e PJ em 5,12%) e elevação também nos direcionados, ainda que em patamares reduzidos para PJ (0,18%) e mais elevados para PF (2,54%).



No Piauí, o saldo total de crédito avançou 4,17%, passando de R\$ 166,39 bilhões (2º TRI/25) para R\$ 173,33 bilhões (3º TRI/25). O crescimento foi liderado pela carteira de pessoa física, que aumentou 9,11%, enquanto a carteira de pessoa jurídica apresentou retração (-2,36%). Os recursos livres permaneceram praticamente estáveis (+0,23%), com expansão em PF (+2,33%) e queda em PJ (-2,61%). Já os recursos direcionados registraram forte crescimento (+15,38%), puxado principalmente por PF (+29,28%), com leve recuo em PJ (-1,69%).

A inadimplência média total subiu de 3,97% para 4,18% (+5,29%), com aumento relevante nos recursos livres (PF em 6,37% e PJ em 3,34%) e crescimento também nos direcionados, permanecendo em níveis baixos para PJ (0,10%) e mais elevados para PF (2,88%).



Tabela 43 – Valor de crédito concedido e inadimplência – Brasil, Nordeste e Piauí (3º trimestre de 2025)

	Item	Medida			Acumulado		Variação	
		Julho	Agosto	Setembro	2TRI/25	3TRI/25		
Brasil								
Recurso	Posição Geral	Saldo Crédito SFN (R\$)	6.926,83	7.003,91	7.141,92	18.445,59	19.352,33	4,92
		Carteira Pessoa Física	4.254,26	4.309,72	4.334,61	11.447,76	12.213,85	6,69
		Carteira Pessoa Jurídica	2.672,57	2.694,19	2.807,31	6.997,82	7.138,48	2,01
		Inadimplência	3,94	4,11	4,01	3,84	4,02	4,61
		Saldo Total	4.411,33	4.457,80	4.570,57	12.048,53	12.147,51	0,82
Recurso	Livres	Carteira Pessoa Jurídica	1.911,24	1.930,31	2.036,56	5.010,08	5.063,44	1,07
		Inadimplência	3,59	3,68	3,38	1,47	3,55	141,54
		Carteira Pessoa Física	2.500,09	2.527,48	2.534,01	7.038,45	7.084,07	0,65
		Inadimplência	6,73	6,99	7,00	3,67	6,91	88,19
		Saldo Total	2.515,50	2.546,11	2.571,35	6.397,06	7.204,82	12,63
Recurso	Direcionados	Carteira Pessoa Jurídica	761,32	763,87	770,74	1.987,75	2.075,04	4,39
		Inadimplência	0,40	0,41	0,42	0,14	0,41	194,48
		Carteira Pessoa Física	1.754,17	1.782,24	1.800,60	4.409,32	5.129,79	16,34
		Inadimplência	1,88	2,06	2,03	1,22	1,99	63,15
		Nordeste						
Recurso	Posição Geral	Saldo Crédito SFN (R\$)	977,99	990,95	997,16	2.572,28	2.496,00	- 2,97
		Carteira Pessoa Física	681,14	691,78	695,35	1.781,14	1.768,27	- 0,72
		Carteira Pessoa Jurídica	296,85	299,17	301,80	791,13	727,73	- 8,01
		Inadimplência	4,91	5,06	5,03	4,87	5,00	2,67
		Saldo Total	666,15	675,23	677,71	1.818,74	1.689,74	- 7,09
Recurso	Livres	Carteira Pessoa Jurídica	202,41	204,25	205,54	542,58	498,13	- 8,19
		Inadimplência	5,08	5,24	5,03	1,40	5,12	265,71
		Carteira Pessoa Física	463,74	470,98	472,17	1.276,16	1.191,60	- 6,63
		Inadimplência	6,95	7,12	7,17	4,73	7,08	49,68
		Saldo Total	311,84	315,72	319,45	753,54	806,26	7,00
Recurso	Direcionados	Carteira Pessoa Jurídica	94,44	94,93	96,26	248,56	229,60	- 7,63
		Inadimplência	0,18	0,16	0,20	0,07	0,18	157,14
		Carteira Pessoa Física	217,40	220,80	223,19	504,98	576,66	14,19
		Inadimplência	2,44	2,61	2,58	1,69	2,54	50,30
		Piauí						
Recurso	Posição Geral	Saldo Crédito SFN (R\$)	62,17	62,05	62,60	166,39	173,33	4,17
		Carteira Pessoa Física	36,45	36,99	37,08	94,73	103,36	9,11
		Carteira Pessoa Jurídica	25,72	25,06	25,51	71,66	69,97	- 2,36
		Inadimplência	4,08	4,30	4,16	3,97	4,18	5,29
		Saldo Total	44,56	44,78	44,74	123,14	123,42	0,23
Recurso	Livres	Carteira Pessoa Jurídica	18,79	18,55	18,52	52,25	50,88	- 2,61
		Inadimplência	3,33	3,47	3,24	1,30	3,34	156,92
		Carteira Pessoa Física	25,77	26,23	26,22	70,89	72,54	2,33
		Inadimplência	6,21	6,46	6,44	3,43	6,37	85,71
		Saldo Total	17,61	17,27	17,85	43,26	49,91	15,38
Recurso	Direcionados	Carteira Pessoa Jurídica	6,93	6,50	6,99	19,41	19,09	- 1,69
		Inadimplência	0,12	0,11	0,08	0,05	0,10	100,00
		Carteira Pessoa Física	10,67	10,76	10,86	23,84	30,82	29,28
		Inadimplência	2,80	2,99	2,86	1,69	2,88	70,41

Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).



7.1 Crédito Imobiliário

O Banco Central do Brasil (BCB) divulga mensalmente informações sobre o mercado imobiliário. Esses dados resultam da análise das informações recebidas por meio do Sistema de Informações de Créditos (SCR), do Sistema de Informações Contábeis (Cosif), do Direcionamento dos Depósitos de Poupança (RCO) e das entidades de depósito e registro de ativos.

No mercado brasileiro, as famílias podem acessar o crédito imobiliário por diferentes modalidades. O crédito comercial corresponde a operações contratadas diretamente em condições de mercado, sem vinculação a programas habitacionais ou fundos específicos. O FGTS é utilizado em financiamentos habitacionais vinculados a programas sociais, com taxas mais baixas e foco em habitação popular. O Home Equity refere-se ao crédito com garantia de imóvel já quitado, modalidade em que o proprietário utiliza o bem como colateral para obter recursos. O crédito livre engloba financiamentos imobiliários não direcionados, em que os bancos têm maior flexibilidade para definir condições. Já o SFH (Sistema Financeiro da Habitação) é regulado por legislação específica, com limites de valor e taxas subsidiadas, sendo uma fonte histórica de financiamento para aquisição da casa própria no país.

A Tabela 44 mostra que, entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, o mercado brasileiro apresentou recomposição do crédito imobiliário com mudança de perfil. No Brasil, houve forte expansão do crédito livre para pessoa física (+74,90%, de R\$ 8,68 bilhões para R\$ 15,18 bilhões) e crescimento do FGTS (+18,00%, de R\$ 26,00 bilhões para R\$ 30,68 bilhões). Em contrapartida, verificou-se retração nas modalidades Comercial (-23,58%), Home Equity (-14,84%) e, sobretudo, no SFH (-39,17%, de R\$ 32,89 bilhões para R\$ 20,01 bilhões). Para pessoa jurídica, o volume total concedido também caiu (-27,28%, de R\$ 19,35 bilhões para R\$ 14,07 bilhões), sugerindo menor dinamismo do crédito imobiliário empresarial no período.

No Nordeste, o comportamento foi semelhante em direção, porém com maior intensidade em algumas linhas. O crédito livre para pessoa física praticamente dobrou (+92,05%, de R\$ 675,0 milhões para R\$ 1,30 bilhão) e o FGTS cresceu 33,06% (de R\$ 4,61 bilhões para R\$ 6,13 bilhões). Por outro lado, houve queda no Comercial (-30,92%), no Home Equity (-21,22%) e no SFH (-32,29%). Para pessoa jurídica, diferentemente do

Brasil, observou-se leve expansão (+6,68%, de R\$ 1,29 bilhão para R\$ 1,38 bilhão), indicando maior sustentação regional do crédito imobiliário empresarial.

No Piauí, os dados evidenciam expansão do financiamento voltado às famílias, com destaque para as linhas direcionadas e o crédito livre. O FGTS aumentou 27,16% (de R\$ 224,83 milhões para R\$ 285,90 milhões) e o crédito livre avançou 23,21% (de R\$ 23,93 milhões para R\$ 29,48 milhões). O Home Equity apresentou crescimento expressivo (+74,98%, de R\$ 5,38 milhões para R\$ 9,41 milhões), ainda que em valores absolutos menores. Em contrapartida, houve forte retração no crédito comercial (-79,31%) e recuo do SFH (-14,65%). Para pessoa jurídica, a queda foi significativa (-57,52%, de R\$ 41,77 milhões para R\$ 17,74 milhões), reforçando que o dinamismo estadual se concentrou no segmento das famílias.

Tabela 44 – Valores de crédito imobiliário concedidos por linha para pessoas físicas e total para pessoas jurídicas – Brasil, Nordeste e Piauí (3º tri/2024 e 3º tri/2025) (em mil reais)

REGIÃO	PESSOA FÍSICA					PESSOA JURÍDICA
	Comercial	FGTS	Home Equity	Livre	SFH	
BRASIL						
3ºtri/2024	363.646,36	25.997.622,61	2.988.553,58	8.680.242,80	32.893.959,08	19.347.807,66
3ºtri/2025	277.890,84	30.676.495,77	2.545.115,26	15.181.613,66	20.010.460,51	14.069.843,12
Varição	-23,58	18,00	-14,84	74,90	-39,17	-27,28
NORDESTE						
3ºtri/2024	32.269,72	4.610.685,54	239.344,96	675.020,24	3.487.982,23	1.291.993,38
3ºtri/2025	22.291,93	6.134.953,48	188.566,62	1.296.396,44	2.361.789,12	1.378.239,21
Varição	-30,92	33,06	-21,22	92,05	-32,29	6,68
PIAUI						
3ºtri/2024	909,82	224.833,87	5.379,47	23.925,33	112.194,43	41.765,54
3ºtri/2025	188,26	285.899,31	9.412,96	29.477,31	95.762,46	17.741,50
Varição	-79,31	27,16	74,98	23,21	-14,65	-57,52

Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A Tabela 45 retrata o percentual médio de operações com ao menos uma parcela vencida acima de 90 dias ponderado pelo valor da carteira ativa.

Tabela 45 – Percentual médio de inadimplência do crédito imobiliário – Brasil, Nordeste e Piauí (3º tri/2024 e 3º tri/2025) (em mil reais)

REGIÃO	PESSOA FÍSICA					PESSOA JURÍDICA
	Comercial	FGTS	Home Equity	Livre	SFH	
BRASIL						
3ºtri/2024	0,92	1,86	1,90	0,80	0,92	0,41
3ºtri /2025	0,69	1,67	2,22	0,80	0,84	0,77
Variação	-25,09	-10,38	16,67	-0,41	-8,33	87,80
NORDESTE						
3ºtri /2024	4,10	2,51	3,03	1,18	1,26	2,21
3ºtri /2025	2,12	2,24	2,99	1,27	1,19	1,69
Variação	-48,29	-10,76	-1,32	7,63	-5,56	-23,53
PIAÚÍ						
3ºtri /2024	-	3,36	3,24	0,62	1,30	-
3ºtri /2025	-	2,88	2,31	1,32	1,50	0,05
Variação	-	-14,37	-28,60	114,59	14,83	-

Fonte: Banco Central do Brasil (2025). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No Brasil, houve redução da inadimplência em FGTS (1,86% → 1,67%) e SFH (0,92% → 0,84%), estabilidade no crédito livre (0,80% → 0,80%) e aumento no Home Equity (1,90% → 2,22%). No segmento de pessoa jurídica, a inadimplência subiu de 0,41% para 0,77%, sinalizando maior pressão nesse mercado.

No Nordeste, a inadimplência apresentou queda generalizada na maior parte das modalidades: o Comercial recuou de 4,10% para 2,12%, o FGTS passou de 2,51% para 2,24%, o Home Equity manteve estabilidade com leve redução (3,03% → 2,99%) e o SFH caiu de 1,26% para 1,19%. A exceção foi o crédito livre, que subiu de 1,18% para 1,27%. Para pessoa jurídica, também houve melhora, com queda de 2,21% para 1,69%.

No Piauí, a inadimplência mostrou heterogeneidade entre modalidades. Houve redução no FGTS (3,36% → 2,88%) e no Home Equity (3,24% → 2,31%), mas ocorreu aumento relevante no crédito livre, que passou de 0,62% para 1,32%. No SFH, a inadimplência subiu levemente (1,30% → 1,50%).

A análise consolidada revela que embora o mercado imobiliário piauiense apresente crescimento do crédito para pessoa física seja um sinal de dinamismo, a elevação da inadimplência no crédito livre e o aumento no SFH indicam que a expansão precisa ser acompanhada com cautela, especialmente no desenho de condições financeiras e na capacidade de pagamento das famílias. Ao mesmo tempo, a queda do crédito imobiliário para pessoa jurídica no Estado sugere perda de fôlego do investimento



imobiliário empresarial no período, reforçando a importância de monitorar a sustentabilidade do crescimento do mercado no médio prazo.

7.2 Crédito Rural

O crédito rural desempenha papel central no desenvolvimento do setor agropecuário, funcionando como instrumento de fomento à produção, à modernização tecnológica e à sustentabilidade da atividade econômica no campo.

Os dados utilizados são disponibilizados pela Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (MDCR), do Banco Central do Brasil. Essa base reúne informações consolidadas sobre os valores de operações de crédito rural efetivamente concedidos em todo o território nacional, desagregados por Unidade da Federação, por finalidade do crédito e por atividade produtiva financiada. Com isso, a matriz permite a comparação temporal, possibilitando avaliar variações entre diferentes períodos e identificar tendências estruturais no financiamento do setor agropecuário.

Quanto à finalidade produtiva do crédito concedido, a Tabela 46 apresenta quatro destinações selecionadas. Observa-se que, no Brasil e no Nordeste, o maior volume permanece concentrado em máquinas, equipamentos, materiais e utensílios, embora com retração no período analisado. No Piauí, apesar da rubrica de máquinas e equipamentos também liderar em volume, destacam-se crescimentos expressivos nas linhas de insumos para a indústria familiar e, sobretudo, de aquisição de propriedades rurais, sinalizando mudanças relevantes no perfil do financiamento.

No agregado nacional, verificou-se alta de 47,06% no crédito para aquisição de insumos para a indústria familiar, que passou de R\$ 24.581.105,00 para R\$ 36.150.172,03. Em contrapartida, houve retração no financiamento para aquisição de veículos (-19,40%), reduzindo-se de R\$ 727.937.833,79 para R\$ 586.709.630,12, e queda ainda mais significativa em máquinas, equipamentos, materiais e utensílios (-24,33%), embora essa linha siga como a principal em volume, totalizando R\$ 8.194.564.749,87 no período. Já a aquisição de propriedades rurais registrou variação moderada, com crescimento de 3,33%, atingindo R\$ 80.098.409,99.

Tabela 46 – Valor do crédito concedido segundo a finalidade produtiva – Brasil, Nordeste e Piauí (3º trimestre de 2024 e 2025)

	3ºtri /24	3ºtri /25	Var. 24/25
BRASIL			
Aquisição de insumos para a indústria familiar	24.581.105,00	36.150.172,03	47,06
Aquisição de veículos	727.937.833,79	586.709.630,12	-19,40
Aquisição de propriedades rurais	77.520.511,28	80.098.409,99	3,33
Máquinas, equipamentos, materiais e utensílios	10.828.756.618,75	8.194.564.749,87	-24,33
NORDESTE			
Aquisição de insumos para a indústria familiar	24.571.105,00	26.101.172,03	6,23
Aquisição de veículos	112.664.874,10	76.098.912,84	-32,46
Aquisição de propriedades rurais	35.910.484,70	32.458.797,40	-9,61
Máquinas, equipamentos, materiais e utensílios	1.347.171.110,78	863.319.263,01	-35,92
PIAUI			
Aquisição de insumos para a indústria familiar	963.658,00	1.640.500,00	70,24
Aquisição de veículos	7.611.239,16	2.561.986,80	-66,34
Aquisição de propriedades rurais	651.484,84	1.443.188,20	121,52
Máquinas, equipamentos, materiais e utensílios	174.245.335,27	115.214.993,24	-33,88

Fonte: Banco Central do Brasil (2025) – Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (MDCR).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

No Nordeste, a dinâmica foi marcada por recuos disseminados nas principais finalidades analisadas. O crédito para máquinas, equipamentos, materiais e utensílios caiu 35,92%, passando de R\$ 1.347.171.110,78 para R\$ 863.319.263,01, enquanto a aquisição de veículos também recuou 32,46% (de R\$ 112.664.874,10 para R\$ 76.098.912,84). A aquisição de propriedades rurais diminuiu 9,61%, totalizando R\$ 32.458.797,40. Por sua vez, insumos para a indústria familiar apresentou leve expansão de 6,23%, alcançando R\$ 26.101.172,03.

No Piauí, os resultados foram mais contrastantes. Houve forte expansão do crédito para insumos para a indústria familiar (+70,24%), que subiu de R\$ 963.658,00 para R\$ 1.640.500,00, e crescimento ainda mais intenso na aquisição de propriedades rurais (+121,52%), passando de R\$ 651.484,84 para R\$ 1.443.188,20. Em sentido oposto, registrou-se queda acentuada no crédito para aquisição de veículos (-66,34%), reduzindo-se para R\$ 2.561.986,80, e retração de 33,88% em máquinas, equipamentos, materiais e utensílios, que, apesar disso, permaneceu como a principal rubrica em volume no estado (R\$ 115.214.993,24).

Na sequência, a Tabela 47 apresenta o valor do crédito rural concedido segundo atividade produtiva, comparando os valores do 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025. No âmbito nacional, observa-se redução do crédito nas principais cadeias de

maior volume, com destaque para a lavoura (-21,70%), que, ainda assim, permanece como o maior destino de recursos, somando R\$ 39.262.466.994,30.

Tabela 47 – Valor do crédito rural por atividade produtiva e variação anual – Brasil, Nordeste e Piauí (3º trimestre/2025)

	2ºtri /24	2ºtri /25	Var. 24/25
BRASIL			
Apicultura	18.428.028,87	21.723.787,60	17,88
Aquicultura	416.720.773,48	427.006.230,11	2,47
Avicultura	2.132.914.590,13	1.296.986.535,67	-39,19
Bovinocultura	10.153.967.030,15	9.076.527.850,29	-10,61
Caprinocultura	5.519.324,20	5.749.145,12	4,16
Extrativismo de espécies nativas	10.952.925,69	13.086.166,66	19,48
Lavoura	50.144.132.664,94	39.262.466.994,30	-21,70
Ovinocultura	37.841.373,08	42.223.069,27	11,58
Pastagem	1.155.620.515,00	577.365.519,00	-50,04
Pesca	161.129.366,88	151.584.949,99	-5,92
Suinocultura	1.414.014.728,46	614.548.448,30	-56,54
NORDESTE			
Apicultura	3.247.817,48	2.722.469,14	-16,18
Aquicultura	36.889.889,78	43.925.909,23	19,07
Avicultura	191.195.618,96	165.102.108,08	-13,65
Bovinocultura	743.152.177,79	639.016.610,33	-14,01
Caprinocultura	4.603.744,28	5.078.252,51	10,31
Extrativismo de espécies nativas	10.443.228,89	8.968.018,68	-14,13
Lavoura	4.344.656.362,95	3.197.060.904,46	-26,41
Ovinocultura	23.203.752,04	28.831.930,54	24,26
Pastagem	259.751.146,31	154.069.077,62	-40,69
Pesca	33.170.878,44	52.179.346,39	57,30
Suinocultura	28.928.997,10	29.812.720,29	3,05
PIAÚÍ			
Apicultura	1.365.875,62	2.140.726,32	56,73
Aquicultura	438.503,48	9.534.676,19	2074,37
Avicultura	142.040,00	69.800,00	-50,86
Bovinocultura	48.042.785,09	31.000.502,72	-35,47
Caprinocultura	431.147,65	378.525,92	-12,21
Extrativismo de espécies nativas	4.656.181,12	4.846.374,08	4,08
Lavoura	813.647.887,84	457.208.448,36	-43,81
Ovinocultura	1.627.540,90	1.182.550,74	-27,34
Pastagem	10.922.000,04	5.396.756,77	-50,59
Pesca	2.724.055,10	7.666.216,00	181,43
Suinocultura	1.365.875,62	2.140.726,32	56,73

Fonte: Banco Central do Brasil (2025) – Matriz de Dados do Crédito Rural – Crédito Concedido (MDCR).
Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A bovinocultura também recuou 10,61% (para R\$ 9.076.527.850,29) e a avicultura apresentou queda expressiva de 39,19% (para R\$ 1.296.986.535,67). Além disso, houve retrações relevantes em pastagem (-50,04%) e suinocultura (-56,54%).



Em contrapartida, verificaram-se aumentos em extrativismo de espécies nativas (+19,48%), apicultura (+17,88%) e ovinocultura (+11,58%), sugerindo expansão relativa em algumas atividades específicas, embora com menor participação no total.

No Nordeste, o padrão também foi de queda nas atividades de maior peso, especialmente na lavoura (-26,41%), que totalizou R\$ 3.197.060.904,46, e em pastagem (-40,69%). Houve ainda redução do crédito para bovinocultura (-14,01%) e avicultura (-13,65%).

Por outro lado, destaca-se o forte avanço do crédito para pesca (+57,30%), atingindo R\$ 52.179.346,39, além do crescimento em ovinocultura (+24,26%) e aquicultura (+19,07%), indicando maior dinamismo relativo em cadeias associadas à produção aquícola e pesqueira.

No Piauí, os dados revelam recomposição importante do crédito por atividade, porém com redução nas cadeias tradicionalmente mais volumosas. A lavoura, principal destino do crédito no Estado, apresentou queda de 43,81%, totalizando R\$ 457.208.448,36, enquanto a bovinocultura recuou 35,47% (para R\$ 31.000.502,72) e pastagem diminuiu 50,59%. Em sentido oposto, registraram-se aumentos expressivos em aquicultura (+2.074,37%), que alcançou R\$ 9.534.676,19, e em pesca (+181,43%), totalizando R\$ 7.666.216,00, além da expansão em apicultura (+56,73%).

Esses resultados sugerem crescimento acelerado de atividades aquícolas e pesqueiras no financiamento estadual, ao mesmo tempo em que se observa retração do crédito voltado à base agrícola e pecuária mais tradicional no período.



RESUMO

O conjunto de indicadores do Boletim de Conjuntura Econômica do Piauí – 3º trimestre de 2025 revela um cenário heterogêneo com avanços importantes, mas também por fragilidades que exigem atenção. De um lado, o Emprego Formal acelerou e o consumo de energia elétrica manteve expansão no acumulado do ano, sugerindo sustentação da demanda interna e algum dinamismo produtivo. De outro, as pesquisas conjunturais apontam arrefecimento recente em Comércio e Serviços, enquanto o setor externo registrou queda expressiva das exportações. Em paralelo, o Crédito continuou crescendo, porém com aumento da inadimplência, sobretudo em carteiras de pessoa física, elevando o grau de atenção sobre a qualidade do endividamento.

Agricultura

No setor agropecuário, a produção total estimada para 2025 alcançou 5.745.835 toneladas, recuo de -1,70% frente a 2024 (5.845.423 t). A composição revela movimentos distintos: a soja diminuiu -5,87% (3.588.075 t), ainda dominante (62,45% do total), enquanto o milho cresceu +8,77% (1.839.058 t), ampliando participação para 32,01%. Também houve avanço do algodão herbáceo (+34,74%, 139.196 t). Em contraste, culturas alimentares recuaram, como feijão (-32,01%, 36.820 t) e arroz (-20,78%, 66.373 t). Em termos de produtividade, destaca-se a alta no rendimento do milho (+17,28%, de 4.358 para 5.111 kg/ha) e a queda no rendimento da soja (-4,73%, de 3.528 para 3.361 kg/ha), indicando que o resultado agregado combina efeitos de área, clima e produtividade por cultura.

Comércio

No comércio varejista, o trimestre foi marcado por retração mensal contínua do volume de vendas: -1,3% (jul.), -4,2% (ago.) e -5,4% (set.). Apesar da piora recente, o acumulado permaneceu positivo (+1,1%), e a variação em 12 meses ficou em +2,7%, sugerindo que a desaceleração do 3º trimestre ocorre após um início de ano relativamente mais favorável. No varejo ampliado, o comportamento também foi negativo no trimestre (-2,6% em jul.; -5,3% em ago.; -2,7% em set.), com +0,7% no acumulado do ano e +3,0% em 12 meses. Um ponto importante é a diferença entre volume e receita nominal:



mesmo com queda do volume no trimestre, a receita nominal do varejo ainda acumula +5,4% no ano e +7,0% em 12 meses, o que sugere influência de preços e recomposição de faturamento em um contexto de consumo mais seletivo e crédito mais caro.

Serviços

Nos Serviços, a volatilidade foi elevada e a queda de setembro (-18,1%) definiu o desempenho do período. O acumulado registrou retração de -3,3% no volume e o acumulado em 12 meses permaneceu negativo (-2,8%). A receita nominal em 12 meses cresceu apenas +1,5%, ritmo baixo para sustentar retomada consistente. Como Serviços têm grande peso no valor adicionado e na ocupação urbana, esse resultado tende a repercutir na cadeia local, reforçando um sinal de moderação da atividade no 2º semestre.

O consumo de energia elétrica confirma sinais de sustentação da atividade. No acumulado, o consumo total somou 3.618.607 MWh, alta de +6,03% ante 2024. O crescimento foi puxado pelas classes Rural (+14,41%) e Residencial (+7,37%), compatível com maior uso de eletricidade no campo, além da manutenção do consumo das famílias. O consumo Comercial também avançou (+3,88%) e a classe Industrial cresceu de forma moderada (+1,83%), enquanto categorias como poder público e iluminação pública apresentaram leves quedas, sugerindo que o vetor principal de expansão esteve em famílias e atividades rurais.

Comércio Exterior

No setor externo, as exportações totalizaram US\$ 378,1 milhões no 3º trimestre de 2025, queda de -35,36% frente a 2024, com redução de -40,50% no volume. As importações também recuaram fortemente (-55,55%, para US\$ 37,9 milhões), mantendo o saldo comercial positivo, mas menor (US\$ 340,2 milhões, -31,92%). A pauta segue altamente concentrada: a soja respondeu por 94,87% das exportações do trimestre, o que eleva a sensibilidade do desempenho externo a oscilações de safra, preços e logística desse produto.



Previdência Social

A Previdência Social permanece como importante sustentação de renda. Em setembro de 2025, o Estado registrou 780.256 beneficiários, acima de 762.455 em setembro de 2024 (variações interanuais entre 2,3% e 4,1% ao longo do período). No aspecto financeiro, o valor pago no acumulado aumentou de R\$ 9,94 bilhões (2024) para R\$ 10,92 bilhões (2025), expansão nominal de +9,89%, reforçando seu papel estabilizador, sobretudo em municípios onde a renda previdenciária tem peso elevado. A série de concessões mensais também foi bastante oscilante: após saldos positivos no fim de 2024, houve saldos negativos no início de 2025 e posterior recomposição, sugerindo influência de sazonalidade e ajustes administrativos.

Emprego Formal e Taxa de Desocupação

No mercado de trabalho, o 3º trimestre de 2025 foi robusto: o saldo líquido de empregos formais chegou a 8.194 postos, alta de +65,77% sobre 2024 (4.943). O avanço foi disseminado, com destaque para Serviços (+4.010) e Comércio (+1.934), além da Construção (+1.183), indicando dinamismo urbano e de investimentos. Nos 15 maiores municípios, o saldo somou 7.293 vagas (ante 3.890 em 2024), liderado por Teresina (5.048), seguida por Parnaíba (477) e Picos (456). O estoque de vínculos formais cresceu de 360.869 (jan./25) para 383.134 (set./25), aumento de 22.265 postos (+6,17%). Na PNAD Contínua, a taxa de desocupação recuou de 8,0% para 7,5%, com leve aumento da população ocupada (+0,81%), além de sinais de melhora no emprego com carteira e redução do emprego sem carteira.

Crédito

No crédito, o saldo total no Piauí avançou +4,17%, passando de R\$ 166,39 bilhões (2º tri/25) para R\$ 173,33 bilhões (3º tri/25). O crescimento foi puxado principalmente pelo crédito direcionado (+9,11%), enquanto os recursos livres ficaram praticamente estáveis (+0,23%), com expansão mais intensa nas carteiras de pessoa física. Ao mesmo tempo, a inadimplência média total aumentou de 3,97% para 4,18% (+5,29%), com níveis baixos em pessoa jurídica (0,10%), mas mais elevados em pessoa física (2,88%), sugerindo maior pressão sobre o orçamento das famílias em um ambiente de juros altos e custos financeiros persistentes.



No crédito rural houve recomposição do perfil de financiamento no Piauí. Entre o 3º tri/2024 e o 3º tri/2025, o crédito para insumos da indústria familiar cresceu +70,24% e o destinado à aquisição de propriedades rurais avançou +121,52%, enquanto houve forte retração em veículos (-66,34%) e em máquinas e equipamentos (-33,88%), combinação que pode indicar maior ênfase em estruturação e custeio, mas com menor impulso recente à mecanização. Por atividade produtiva, destaca-se a alta expressiva em aquicultura (+2.074,37%) e pesca (+181,43%), ao lado de quedas relevantes em lavoura (-43,81%) e bovinocultura (-35,47%), sinalizando reorientação setorial do crédito e possíveis efeitos de ciclo produtivo e risco climático.